



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 1. DO OBJETO LICITADO**
- 2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 3. DOS REQUISITOS**
- 4. DA DOCUMENTAÇÃO**
- 5. DA PROPOSTA**
- 6. RELAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS REFERENTES AOS VEÍCULOS**
- 7. DO JULGAMENTO**
- 8. DOS RECURSOS**
- 9. DAS PENALIDADES**
- 10. DA OUTORGA DE CONCESSÃO**
- 11. DA GARANTIA**
- 12. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**
- 13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

ANEXOS:

- ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA FROTA E DOS VEÍCULOS.**
- ANEXO II - SISTEMA GERAL DE TRANSPORTE COLETIVO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS A SEREM ATENDIDAS PARA A OPERAÇÃO.**
- ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES DAS GARAGENS.**
- ANEXO IV - SISTEMA DE BILHETAGEM E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO.**
- ANEXO V - CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS BÁSICAS.**
- ANEXO VI - METAS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO EM RIO GRANDE.**
- ANEXO VII - PLANILHA TARIFÁRIA.**
- ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO.**
- ANEXO IX - MODELOS DE FORMULÁRIOS E DECLARAÇÕES.**
- ANEXO X - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO.**
- ANEXO XI – INVENTÁRIO DOS BENS REVERSÍVEIS.**



EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 004/2011

LICITAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, EM LINHAS REGULARES, NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, SOB REGIME JURÍDICO DE CONCESSÃO À PESSOA JURÍDICA OU AO CONSÓRCIO DE PESSOAS JURÍDICAS.

O MUNICÍPIO do RIO GRANDE, através da Central de Compras e Licitações Públicas torna público para conhecimento das **PESSOAS JURÍDICAS** interessadas que, de acordo com as Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.987/95, e da Lei Municipal nº 5.602/02, encontra-se aberta a Licitação sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA**, do tipo combinação de **MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO COM O DE MELHOR TÉCNICA**, conforme art. 15, inciso VI, da Lei nº 8.987/95, e que, **até às 13:30 horas do dia 28 de julho de 2011**, na Sala de Reuniões da Central de Compras e Licitações Públicas, situada na Rua Marechal Floriano, 458, em Rio Grande, estará recebendo **documentação e propostas para a atribuição de Concessão destinada à Execução do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande**, em regime de Concessão de Serviço Público, à Pessoa Jurídica ou ao Consórcio de Pessoas Jurídicas, tudo conforme este Edital e seus Anexos, que fazem parte deste Processo Licitatório.

1. DO OBJETO LICITADO

O objeto da presente Licitação é a atribuição de **Concessão destinada à Execução do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande, compreendendo toda sua extensão territorial** (excetuada pela área compreendida pelo Sub-sistema 01 – Parque Marinha - de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Setor Sudoeste do Município do Rio Grande), pelo prazo de dez anos, prorrogáveis por igual período, sendo a prestação deste serviço público delegada à **PESSOA JURÍDICA OU AO CONSÓRCIO DE PESSOAS JURÍDICAS**.

A Concessão objeto deste Certame Licitatório vem constituir um lote único de serviço, denominado **Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade do Rio Grande, por ônibus, em Linhas Regulares**, e sua operação se dará em quaisquer roteiros, locais, trechos e horários que se fizerem necessários dentro da área de abrangência do Sistema ora licitado, sob homologação, e a critério, do Poder Público Municipal, visando atender as demandas de transporte da comunidade, mantido sempre, o equilíbrio econômico-financeiro da atividade, podendo, a critério da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Trânsito - SMSTT, atender as modalidades previstas no art. 4º, IV, V e VI da Lei Municipal 5.602/02.

A prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, compreenderá a disponibilização, mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, além da comercialização e recarga de cartões do sistema de bilhetagem eletrônica, conforme especificado neste Edital e seus Anexos, atendendo às necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade.

Para a contratação com o município, para o caso de consórcio vencedor do certame, é obrigatória a constituição de pessoa jurídica, na forma prevista neste edital.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Deverão ser entregues, até a hora e no endereço referidos, dois envelopes com as seguintes indicações externas:

No primeiro envelope:

Ao Município do Rio Grande

Central de Compras e Licitações Públicas

Assunto: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Envelope Nº 01 – **DOCUMENTAÇÃO.**

Proponente: (denominação social completa da empresa ou da empresa líder de consórcio e n.º do CNPJ-MF)

Abertura: (dia, mês, ano e horário).

No segundo envelope:

Ao Município do Rio Grande

Central de Compras e Licitações Públicas

Assunto: EDITAL DE CONCORRÊNCIA 004/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Envelope Nº 02 - **PROPOSTA**

Proponente: (denominação social completa da empresa ou da empresa líder de consórcio e n.º do CNPJ-MF).

Abertura: (dia, mês, ano e horário).

2.1. CREDENCIAMENTO:

2.1.1. Na abertura dos envelopes, deverá o representante legal da Licitante, apresentar cópia reprográfica do Contrato Social da Empresa (ou Contrato Social da Empresa Líder de Consórcio) autenticado em cartório que será confrontado com as indicações constantes nos envelopes e documento de identidade (Cédula de Identidade) do representante legal.

2.1.2. Na abertura dos envelopes, se feita por procurador, deverá este apresentar à Comissão de Licitação **Procuração Reconhecida em Cartório** com poderes para assinar, receber documentos, desistir de prazo recursal e resolver qualquer assunto de interesse do mandante junto ao Município do Rio Grande.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.1.3. Na falta da procuração e/ou dos documentos de identificação descritos neste Edital, a Licitante ficará sem representante neste, perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário. A falta da procuração não implica em inabilitação ou desclassificação das propostas, a menos que a documentação apresentada esteja incompleta ou, não atenda às exigências editalícias.

2.1.4. Somente será admitida a participação de um único representante da Licitante na sessão de abertura. As demais pessoas presentes, exceto os membros da Comissão e os técnicos, eventualmente convidados por esta, não poderão pronunciar-se.

3. DOS REQUISITOS

3.1. Esta Licitação é aberta a todas as pessoas jurídicas ou consórcio de pessoas jurídicas, que atendam o regramento editalício e que desejem prestar, por Outorga de Concessão, o **Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande**, doravante referido neste certame como Serviço.

3.2. Para serem considerados habilitados à execução do Serviço, os Licitantes deverão cumprir as exigências deste Edital e seus Anexos, das Leis 8.666/93, e 8.987/95, da Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes, em especial as Leis Municipais 5.602/02 e 6.408/07.

4. DA DOCUMENTAÇÃO - Envelope Nº 01

A Licitante deverá apresentar em uma via, originais ou cópias autenticadas por Tabelião ou, previamente, por funcionário da Central de Compras e Licitações Públicas, conforme item 13.10, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os seguintes documentos:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

(No caso de consórcio, a documentação a seguir deverá ser relativa à empresa líder e, também, às demais empresas integrantes do consórcio)

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

b) Cópia autenticada nos termos do item 13.10 deste Edital das cédula de identidade de todos os sócios, diretores ou administradores da Licitante.

c) Declaração da Licitante de que não pesa contra si, qualquer Declaração de Inidoneidade por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, conforme **MODELO 01** do Anexo IX.

d) Declaração da Licitante de Inexistência de Incompatibilidade da Licitante Pessoa Jurídica à condição de **CONCESSIONÁRIA** (conforme **MODELO 02** do Anexo IX), **assinada por representante legal da empresa.**



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



e) **Termo de constituição de consórcio, se for o caso** (conforme **MODELO 03** do Anexo IX).

f) **Declaração de empresa líder de consórcio, se for o caso** (conforme **MODELO 04** do Anexo IX).

g) No caso de consórcios licitantes a totalidade dos seus integrantes deverá ser de pessoas jurídicas que apresentem no seu objeto social (Ato Constitutivo ou CRC), como atividade, o transporte de pessoas, em qualquer uma de suas modalidades, tais como: transporte coletivo de passageiros, transporte de passageiros por fretamento, transporte de passageiros de turismo, transporte escolar, ou outra modalidade pertinente de transporte de pessoas, sob pena de inabilitação de todo o consórcio licitante.

h) Fica impedida a participação de empresa consorciada, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

4.1.1. Todas as Declarações solicitadas deverão vir datadas e assinadas pelo representante legal da Licitante, com assinatura reconhecida em Cartório.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL:

(No caso de consórcio, a documentação a seguir deverá ser relativa à empresa líder e, também, às demais empresas integrantes do consórcio)

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da Licitante.

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão quanto à Dívida Ativa da União, **em vigor**;

II - Certidão de regularidade com os Tributos e Contribuições Federais, **em vigor**;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual, em vigor**;

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal, em vigor**, conforme legislação tributária do Município expedidor da(s) Sede(s) da(s) Empresa(s);

f) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS em vigor**, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de regularidade relativa à seguridade social, **INSS, em vigor**, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

Obs: Certidões mencionadas no item 4.2., **que não expressarem o prazo de validade**, deverão ter data de expedição não superior a **seis meses**.

4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(No caso de consórcio, a documentação a seguir excetuada a do item “c)”, que deverá ser atendida pela empresa líder, deverá ser relativa à empresa líder e, também, às demais empresas integrantes do consórcio excetuada.

a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a trinta dias úteis.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



b) Comprovação de patrimônio líquido, mediante apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, igual ou superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões reais).

b.1) Não será aceito para efeito de comprovação citado no subitem acima (4.3.b), o Contrato, o Estatuto Social ou qualquer outro documento que não seja o ali especificado.

b.2) No caso de consórcio de empresas, o patrimônio líquido aqui referido trata-se da soma dos patrimônios líquidos de todas as empresas integrantes do consórcio, acrescido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor exigido para licitante individual prevista no item b.

b.3) O patrimônio líquido individual de cada empresa integrante de consórcio não poderá ser inferior ao patrimônio líquido citado em “b)”, multiplicado pelo percentual de participação da respectiva empresa, no todo consorciado, declarado no Termo de Constituição de Consórcio.

c) Comprovante expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda – SMF, de ter efetuado a garantia de participação na presente licitação, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) nas modalidades previstas no Artigo 56, parágrafo 1º, incisos I a III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Caso a garantia seja oferecida em espécie a mesma será restituída a Licitante, mediante solicitação, após a homologação do processo licitatório.

d) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante Legal da Empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas;

e) A comprovação de boa situação financeira da Empresa far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados:

LC = AC/PC..... igual ou superior a 0,35 (zero vírgula trinta e cinco).

LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)igual ou superior a 0,35 (zero vírgula trinta e cinco).

SG = AR/(PC + PELP).....igual ou superior a 1,2 (um vírgula dois).

LEGENDA	
LC = Liquidez Corrente	ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AC = Ativo Circulante	PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante	SG = Solvência Geral
LG = Liquidez Geral	AR = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

Classificação Final das Empresas:

As Empresas que apresentarem, no mínimo, dois dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira; as demais serão inabilitadas.

f) Prova de quitação da contribuição sindical dos empregados e do empregador.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



4.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

(No caso de consórcio, a documentação a seguir deverá ser relativa à empresa líder e, também, às demais empresas integrantes do consórcio)

a) Declaração de Compromisso, de que, caso seja vencedora, instalará e manterá escritório administrativo e garagem no Município de Rio Grande, em nome da licitante, (conforme **MODELOS 05 e 06** do Anexo IX), **assinada por representante legal da empresa**.

b) Declaração da Licitante que caso seja vencedora implantará, antes do início da operação, sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico e integrado, compatível ao já implantado no município, validando todos os cartões emitidos, bem como recebendo os créditos existentes nos mesmos (conforme **MODELO 07** do Anexo IX).

c) Termo de Compromisso de Absorção de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da Mão-de-Obra da atual operação de transporte coletivo concedido existente no Município do Rio Grande, conforme inventário respectivo integrante do Anexo XII, pelo período mínimo de 1 (um) ano, excetuadas as demissões por justa causa, conforme **MODELO 08** do Anexo IX.

d) Termo de Compromisso de aquisição dos Bens Reversíveis da atual operação de transporte coletivo concedido existente no Município do Rio Grande, **na forma prevista no Inventário dos Bens Reversíveis – Anexo XI**, conforme **MODELO 09** do Anexo IX.

e) Comprovação de Experiência na Atividade, por meio de atestado(s) de realização de serviços de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, com frota mínima de 80 (oitenta) veículos, conforme descrito a seguir:

e.1) Os atestados de desempenho anterior, comprovando experiência como operadora de transporte público coletivo de passageiros, por ônibus, ou como operadora de transporte público coletivo rodoviário de passageiros, por ônibus, deverão, obrigatoriamente, ser expedidos por órgão público legalmente incumbido do gerenciamento do respectivo serviço de transporte público coletivo, dos quais deverá constar:

e.1.1) quantidade de veículos utilizados na operação;

e.1.2) tempo de operação já efetuada (especificando anos, meses e dias de atividade)

e.1.3) desempenho satisfatório do serviço.

e.2) Os atestados de desempenho anterior, comprovando experiência como operadora de transporte de passageiros, por ônibus, na modalidade fretamento poderão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, dos quais deverá constar:

e.2.1) quantidade de veículos utilizados na operação;

e.2.2) tempo de operação já efetuada;

e.2.3) desempenho satisfatório do serviço.

No caso de variação do número de veículos ao longo do tempo de operação os respectivos períodos temporais deverão ser fracionados, correspondentes aos conjuntos de veículos operados em cada período, sob pena de não aceitação do atestado.

No caso de consórcio será admitido o somatório dos atestados das empresas participantes para comprovação do número mínimo de veículos exigidos.

f) O licitante deverá obrigatoriamente anexar à documentação de habilitação o **ATESTADO DE VISITA**, emitido pela Unidade de Planejamento da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições onde serão prestados os serviços objeto desta licitação, inclusive a operação do sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico integrado.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



f.1) As visitas a que se refere este sub-item deverão ser realizadas até do dia 22/07/11, mediante agendamento prévio, nos dias úteis, pelos telefones 53 – 3233-7294 e 3231-1259, ou na Av. Major Carlos Pinto, 660 – B, das 13:30 às 18:00h.

4.4.1. Todos os Termos de Compromisso e Declarações solicitados deverão vir datados e assinados pelo representante legal da Licitante, com assinatura reconhecida em Cartório.

4.5. Estando todos os representantes das Licitantes presentes na sessão e concordando com o resultado da habilitação, através da desistência expressa do direito de interpor recurso, a Comissão Especial de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas. Caso contrário, os envelopes proposta, serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

5. DA PROPOSTA - Envelope Nº 02

A Licitante deverá apresentar os Termos de Compromisso e Declarações, em uma via, **datados e assinados pelo seu representante legal, com assinatura reconhecida em Cartório.**

5.1. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:

(No caso de consórcio, a documentação deverá ser firmada pela empresa líder)

a) A licitante deverá ofertar sua proposta de Oferta de Frota nos campos do formulário **MODELO 10** do Anexo IX, atendendo as exigências constantes no Anexo I, preenchendo a idade ofertada para cada veículo integrante do rol exigível de veículos a serem disponibilizados e as demais características requisitadas.

a.1) Será desconsiderada qualquer oferta de quantidade de frota além daquela contida no rol padrão para atendimento do sistema de Transporte Coletivo de Rio Grande, sendo passível de desclassificação aquelas propostas que não atenderem integralmente o rol padrão de frota exigível.

b) Lance referente ao valor ofertado ao Poder Público Municipal, para a Outorga da Concessão, conforme **MODELO 11** apresentado no Anexo IX, sendo que o valor mínimo a ser ofertado para a outorga da concessão é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser recolhido ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT.

5.2. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta de é de no mínimo, 60(sessenta) dias contados da data de abertura da documentação de habilitação.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6. RELAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS REFERENTES AOS VEÍCULOS:

6.1. Os veículos deverão ser modelos da espécie ônibus, com as quantidades, características e dimensões conforme especificações mínimas constantes do Anexo I deste Edital.

7. DO JULGAMENTO

A Comissão de Licitações fará o julgamento, conforme os seguintes critérios:

7.1. A classificação das Licitantes, far-se-á pelo critério da **melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica**, conforme art. 15, inciso VI, da Lei nº 8.987/95.

7.2. Será estabelecida a ordem de classificação pela maior pontuação total (PTot) obtida, resultante da combinação entre os quesitos técnicos e o valor de outorga para exercício da concessão, computados conforme o expresso na fórmula abaixo, e de acordo com o estabelecido no Anexo X – Critérios de Pontuação:

$$\text{Pontuação Total (PTot)} = \text{Pontuação Técnica (PTec)} + \text{Pontuação do Valor Ofertado (PVO)}$$

7.3. A pontuação máxima admitida no certame será de 200 (duzentos) . Somente serão considerados classificados, os proponentes que atingirem a pontuação mínima de 100 (cem) pontos;

7.4. A licitante que obtiver a melhor classificação, conforme acima, será adjudicado o objeto do certame;

7.5. Será desclassificada, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/93, a Licitante que apresentar proposta de valor de outorga inferior ou superior aos limites estabelecidos no item 3.1., do anexo X deste Edital.

7.6. Em havendo igualdade na pontuação obtida por mais de uma Licitante, será procedido sorteio público, de acordo com o artigo 45, §2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações para efeitos de estabelecer a classificação entre estas.

8. DOS RECURSOS

Dos atos praticados na presente Licitação, caberão os recursos previstos no artigo 109, da Lei nº 8.666/93, os quais dentro dos prazos previstos na Lei, deverão ser protocolados na Central de Compras e Licitações Públicas - CCLP. Não serão aceitos recursos encaminhados via fac-símile ou meio eletrônico.

9. DAS PENALIDADES

9.1. A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo CONCEDENTE, acarretará na aplicação de multa a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, no valor de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), corrigidos desde a data de abertura do Envelope nº 01 - Habilitação, até a data do efetivo pagamento, nos termos do artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo convocada a próxima Licitante melhor classificada, nos termos deste Edital e seus Anexos.

9.2. A CONCESSIONÁRIA licitante vencedora que na execução do Serviço tornar-se totalmente inadimplente para com os requisitos contidos no presente Edital, terá sua Concessão revogada, e ficará sujeita ao pagamento de multa contratual, a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, equivalente a 20% (vinte por cento) da receita auferida no prazo de três meses do Contrato, e impedida de contratar com a administração pelo prazo de dois anos.

9.3. O CONCEDENTE pode a qualquer tempo revogar a Concessão sem sujeitar-se a qualquer tipo ou fórmula de indenização, em caso de inobservância de qualquer cláusula contratual pela CONCESSIONÁRIA licitante vencedora.

9.4. Em caso de rescisão do presente Contrato, antes de seu término, por parte da CONCESSIONÁRIA licitante vencedora, fica ela sujeita ao pagamento de multa contratual, a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mais multa-dia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) referente ao prazo faltante para o término do Contrato ajustado, devidamente corrigidos, desde a data da assinatura do Contrato.

9.5. A CONCESSIONÁRIA licitante vencedora se obriga a cumprir todos os requisitos ofertados e exigidos nas Condições Organizacionais Básicas, descritas no Anexo V deste Edital, sob pena de multa diária, a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, de até 20% (vinte por cento) sobre o faturamento bruto diário, até o suprimimento da condição ofertada e exigível e, em persistindo a irregularidade, poderá o Poder Público determinar a cassação da Concessão.

9.6. A Proponente que já na condição de Concessionária, deixar de cumprir as condições previstas para qualquer item, ou descumprir os quesitos e quantitativos declarados, incorrerá, na multa diária, a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, no montante de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da receita bruta diária auferida.

9.7. O descumprimento de quaisquer das condições ofertadas pela Licitante, ou demais quesitos de atendimento obrigatório por parte da mesma, resultará na perda do direito à Concessão, sendo convocada, na forma prevista no Edital, a próxima Licitante, por ordem de classificação, e aplicadas às penalidades previstas neste Edital.

9.8. Aplicam-se ao presente Edital e ao contrato dele oriundo as penalidades previstas nos Art. 81 a 88 da Lei 8.666/93 e Art.35 da Lei 8.987/95, bem como as disposições da Lei Municipal 5.602/02.

10. DO PRAZO DA CONCESSÃO

10.1. Do Prazo:

A concessão será válida por um período de dez anos, prorrogáveis por igual período, a critério da Concedente, a contar da data de início da operação, conforme estabelecido na Minuta de Contrato de Concessão do Anexo VIII.

10.1.1. No caso de prorrogação do contrato, a Concessionária, além de se obrigar a manter as condições de frota ofertada para a operação, deverá recolher ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, valor oferecido pela outorga da Concessão, nos termos do



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



item 5.1. b, deste Edital, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, ou outro que venha a substituí-lo.

10.2. Da Contratação:

10.2.1. A proponente vencedora deverá assinar, em até trinta dias, a contar da Publicação Convocatória na imprensa local, o Contrato de Concessão, conforme minuta que integra o presente Edital no Anexo VIII.

10.2.2. A proponente vencedora deverá, no prazo do item anterior, previamente à assinatura do Contrato de Concessão, comprovar o recolhimento ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, da parcela do valor ofertado para a outorga da Concessão.

10.2.3. O Contrato de Concessão para efetivação do Serviço, somente será expedido obedecida à legislação vigente e depois de satisfeitas as formalidades legais, procedimentais e editalícias.

10.2.4. A Concessionária deverá entrar em operação às 00:00h do dia 22 de janeiro de 2012, apresentando e aprovando seus veículos em vistoria, na Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, dentro deste prazo.

10.2.5 A Concessionária deverá comprovar, para dar início à operação, a aquisição dos Bens Reversíveis da operação de transporte coletivo existente no Município do Rio Grande, o recolhimento do valores devidos, à(s) respectiva(s) operadora(s) anterior(es), na forma prevista no Inventário dos Bens Reversíveis – Anexo XI do presente Edital.

11. DA GARANTIA

A título de garantia para execução do objeto contratado deverá ser apresentada anualmente, devidamente corrigidos pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro que venha a substituí-lo, a importância R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ficando a modalidade a critério da Concessionária, desde que observado o disposto no art. 56 de Lei 8.666/93. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, somente será aceita pela Concedente se o banco expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

12. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

12.1 – Linhas:

Deverá ser obedecido o atendimento dos requisitos mínimos estipulados para os percursos, horários e quantidade de veículos conforme estabelecido no Anexo II – ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DA CIDADE DO RIO GRANDE, além das demais especificidades deste Edital e seus Anexos.

12.2 – Frota:

Deverá ser obedecido o atendimento dos requisitos mínimos para veículos e frota, conforme estabelecido no Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA FROTA E DOS VEÍCULOS.

12.3 – Tarifa:

12.3.1. A prestação dos serviços deverá ser efetuada por conta e risco da Concessionária. A remuneração total da Concessionária será representada exclusivamente pela tarifa arrecadada dos usuários, em moeda corrente, vales-transporte ou passes escolares,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



respeitadas as normas das quais decorram redução no seu quantum, isenção ou gratuidade nos casos específicos, como previstas no regramento contratual e no regramento legal.

12.3.2. A tarifa será sempre fixada pelo Chefe do Poder Executivo do Município do Rio Grande, e será aferida a partir da Planilha Tarifária modelo GEIPOT, de acordo com os parâmetros da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.

12.3.3. A tarifa poderá ser revista mediante prévia justificação, embasada em documentos idôneos que obriguem o necessário e eventual restabelecimento da equação econômico-financeira, nos termos da legislação pertinente, não descuidando de sua adequação a patamares compatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários do serviço.

12.3.4. São quatro os tipos distintos de tarifas praticadas inicialmente: TARIFA GERAL, TARIFA ESTUDANTIL e TARIFA SELETIVA.

- Tarifa Geral R\$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos)
- Tarifa Estudantil R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos)
- Tarifa Seletiva R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos)
- Tarifa Distrital Determinada pelo DAER – Departamento Autônomo de

Estradas de Rodagem, conforme Declaração constante do Anexo VII do presente Edital.

12.3.4.1. A Tarifa Geral é a resultante da aplicação do método de cálculo avençado e mais a devida conversão de “créditos” estudantil utilizada em tarifa geral, para cômputo do número de passageiros transportados, que é cobrada de todo o usuário, sem abatimento e/ou desconto, que não se enquadrar no benefício das tarifas estudantil e mais os isentos por Lei vigente.

12.3.4.2. A tarifa estudantil corresponde a cinquenta por cento de abatimento do valor da tarifa geral, nos termos da legislação vigente.

12.3.4.3. A tarifa seletiva é aquela praticada nos serviços descritos no VI, do art. 4º da Lei Municipal 5.602/02.

12.3.4.4. A tarifa distrital é aquela determinada pelo DAER, para atendimento das linhas distritais do município.

12.3.4.5. Fica isento de pagar a tarifa do serviço o menor de até cinco anos de idade, devendo o mesmo embarcar no ônibus em companhia dos pais ou responsável. A CONCESSIONÁRIA tem o direito de exigir a comprovação da idade.

12.3.5. A Concessionária se obriga a arrecadar as tarifas, também através do recebimento de créditos eletrônicos, das modalidades estudantil, vale-transporte, ou outras que venham a estas se agregar.

12.3.6. Os cartões e créditos eletrônicos serão comercializados pela Concessionária, vendidos diretamente aos usuários, quando da transição do atual sistema tarifário para o novo sistema como descrito neste Edital e seus Anexos.

12.3.7. O controle de arrecadação das tarifas se fará mediante o competente regulamento a ser expedido pelo CONCEDENTE.

12.4. – Garagem:

12.4.1. Deverá ser obedecido, por parte das Licitantes, o atendimento dos requisitos mínimos para garagem, conforme estabelecido no Anexo III deste Edital.

12.5. - Condicionantes:

12.5.1. O gerenciamento e fiscalização do objeto da presente licitação será de inteira competência da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, ou outro órgão que vier a substituí-la, por delegação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

12.5.2. A Concessionária licitante vencedora deverá manter no Município do Rio Grande, durante a vigência da Concessão, instalações destinadas à administração específica do objeto da presente licitação, com escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



previdenciária e o que mais for pertinente, a ser executada mediante instruções do CONCEDENTE, no que couber.

12.5.3. A Concessionária licitante vencedora se obriga a manter, durante todo prazo de vigência da Concessão, veículos em número compatível com o grau de qualidade exigível para a prestação do serviço, sendo permitida a substituição por veículos mais novos, mediante autorização da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT, responsabilizando-se pelas adaptações necessárias à composição da frota como referido nas condições específicas deste Edital e seus Anexos, bem como, pela sua manutenção, incluídos componentes, acessórios, garagem, pátio de estacionamento, oficinas, segurança e tudo o mais indispensável ao bom desempenho da operação.

12.5.4. A Concessionária licitante vencedora se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Concessão, ponto para venda e recarga de cartões, em local central, de fácil acesso ao público.

12.5.5. Será ainda de responsabilidade exclusiva da Concessionária licitante vencedora, a contratação da completa mão de obra específica e necessária ao suprimento do objeto deste Edital e seus Anexos, suas decorrências e encargos.

12.5.6. Em qualquer circunstância, é vedada a vinculação a outra operação que não a ora licitada, de qualquer dos veículos destinados ao objeto da presente licitação, a serem identificados nos termos das condições específicas pertinentes, exceto com autorização expressa do CONCEDENTE.

12.5.7. A Concessionária se obriga a manter, durante todo o período contratual, a idade média da frota limitada a cinco anos. Independentemente do ano de fabricação, o CONCEDENTE poderá recusar qualquer veículo componente da frota, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto, ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pelo CONCEDENTE.

12.5.8. A Concessionária licitante vencedora estará sujeita, a qualquer tempo, à fiscalização ampla da prestação dos serviços, pelo CONCEDENTE, incluída manutenção dos veículos, atos comportamentais de empregados ou prepostos da adjudicatária relativos ao público, arrecadação das tarifas e demais itens que influam na qualidade da prestação dos serviços, bem como nas relações negociais entre as partes.

12.5.9. A Concessionária licitante vencedora se obriga a atender integralmente os termos do Contrato de Concessão, toda a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, o Regulamento do Transporte Coletivo no Município do Rio Grande, os Decretos do Município do Rio Grande, diretrizes e normatizações expedidas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT e, ainda, a legislação superveniente ao referido Contrato.

12.5.10. São atribuições do CONCEDENTE relativas ao Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros, gerir e efetuar as modificações e ajustes no Sistema, referentes, entre outros, a:

12.5.10.1 Itinerários das linhas;

12.5.10.2 Integração física, institucional, tarifária, de linhas entre elas ou destas com outras modalidades de transporte;

12.5.10.3 Acréscimo ou redução de horários, remanejamento de veículos entre as linhas e respectivos horários de circulação;

12.5.10.4 Utilização de espaços internos ou externos dos veículos, abrigos, equipamentos e outros que venham a ser agregados ou envolvidos na presente Concessão, com exclusividade pelo CONCEDENTE, para exploração de publicidade comercial e ou



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



institucional, sendo em caso de publicidade comercial, os valores arrecadados recolhidos ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte - FMTT;

12.5.11 A Concessionária se obriga desde o início da operação a apresentar diariamente, os competentes relatórios indicadores dos resultados operacionais, nos termos das condições específicas expedidas pelo CONCEDENTE através da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, bem como, até o quinto dia útil de cada mês, o Quadro Resumo do número de passageiros transportados, conforme estabelece o Anexo VII, nas Notas Explicativas da Planilha Tarifária.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Central de Compras e Licitações Públicas, no horário de expediente, ou no site da Prefeitura Municipal do Rio Grande, www.riogrande.rs.gov.br - Portal Transparência.

13.2 Maiores esclarecimentos referentes ao objeto desta licitação, serão fornecidas na Central de Compras e Licitações Públicas, fone 53 - 3231-1162 ou 53 - 3233-6056 e 3233-8417, no horário de expediente das 13:00h às 17:00h.

13.3 Os Envelopes nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta), deverão ser entregues lacrados, na Central de Compras e Licitações Públicas, localizada na Rua Mal. Floriano, 458, em Rio Grande, até às 13:30h do dia 28/07/11.

13.4 De todas as reuniões de abertura dos envelopes lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual se mencionará tudo o que ocorrer no ato. A ata será assinada pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes credenciados presentes.

13.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias.

13.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos.

13.7 Dos atos praticados na presente licitação caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, os quais, dentro dos prazos previstos na Lei, deverão ser protocolados na Central de Compras e Licitações Públicas.

13.8 Os envelopes contendo a documentação habilitatória das licitantes classificadas permanecerão em poder da Comissão de Licitação durante o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

13.9 Não será concedido prazo para apresentação de propostas e documentos exigidos no edital e não-apresentados na reunião de recebimento, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.666/93 e no artigo 43, parágrafo 1º, da Lei Complementar n.º 123/06.

13.10 Os documentos apresentados na forma de cópias reprográficas deverão estar autenticados, exceto o disposto no subitem 13.10.1, deste edital. A autenticação dos documentos, feita pela Central de Compras e Licitações Públicas deverá ser solicitada até, no máximo, dois dias úteis anteriores à data marcada para a abertura da presente licitação, não sendo feita nenhuma autenticação na data de abertura. Caso a licitante não autenticar os documentos junto a Central de Compras e Licitações Públicas até a data mencionada, deverá fazê-lo em cartório.

13.10.1. Os documentos expedidos pela *internet* poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada pela Comissão Especial de Licitações.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



13.11. A Concessionária licitante vencedora deverá indicar um representante(preposto), para atuar junto ao Município.

13.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base na legislação pertinente.

13.13. A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

13.14. São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e SUMÁRIO.

RIO GRANDE, 10 de junho de 2011.

REGIMAR HERNANDES DA ROSA
GERENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA FROTA E DOS VEÍCULOS

1- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ÔNIBUS PADRÃO “RIO GRANDE”

1.1- VEÍCULO:

1.1.1- Descrição geral:

O veículo deverá seguir as seguintes normas e resoluções: Resolução n.º 316/09, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e micro-ônibus) de fabricação nacional e estrangeira; Norma ABNT NBR 14022:2008 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros; Norma ABNT NBR 15570:2008 - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros, no que não for abordado neste documento, bem como, obedecer as Resoluções do CONAMA, sobre a emissão de poluentes e ruídos.

Destina-se ao uso em corredores urbanos densos, tráfego entre terminais, ou linhas alimentadoras/distribuidoras.

1.1.2. Desempenho:

Considerando-se o limite legal de carga (10 toneladas no eixo traseiro e 6 toneladas no eixo dianteiro), o desempenho do veículo deverá atender às seguintes condições:

1.1.2.1- Tempos mínimos para aceleração em pavimento plano horizontal:

- a) de 0 a 40 km/h 18 seg.
- b) de 20 a 60 km/h 35 seg.

1.1.2.2- Velocidade atingível em aclive de 6% 35 km/h.

1.1.2.3- Aceleração mínima em aclive de 15% 0,2 m/s².

1.1.2.4- Velocidade máxima em piso plano horizontal 80 km/h.

1.1.3- Segurança:

Os sistemas de freios deverão prover, nas condições de carga máxima permitida, o seguinte desempenho:

1.1.3.1- Desaceleração média entre 50 km/h e o repouso:

- a) freios de serviço 5 a 5,5 m/s².
- b) freios de estacionamento 2,2 m/s² mínimo.

1.1.3.2- Máxima perda de eficiência dos freios de serviço (após 20 ciclos de um minuto com frenagens de 50 km/h a 25 km/h e retomada 20%.

1.1.4- Conforto:

1.1.4.1- Nível de ruído interno máximo 80 dB(A).

1.1.4.2- Nível de vibração interna máxima 0,5 m/s².

1.1.4.3- Aceleração máxima 2,0 m/s².

Tranco máximo 2,0 m/s³.

1.1.4.4- Nível de ruído externo máximo 85 dB(A).



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



1.1.4.5- Emissão de fumaça nível Bosch 3 máximo.
A exaustão dos gases de combustão deverá ser feita, na lateral esquerda junto à traseira do veículo.

1.1.5- Dimensões Aproximadas:

1.1.5.1- Comprimento 11,40 m.
13,20m (alongado) e 12,40m (sem alongar)

1.1.5.2- Largura 2,50 m

1.1.5.3- Altura mínima 3,20 m.

1.1.5.4- Ângulo mínimo de entrada 8°.

1.1.5.5- Ângulo mínimo de saída 8°

1.1.5.6- Ângulo livre mínimo entre eixos 4°.

1.1.5.7- Altura livre mínima de componentes 0,18 m.

1.1.5.8- Altura máxima do 1º degrau 0,40 m.

1.1.5.9- Vão livre mínimo das portas de ingresso 0,80 m.

1.1.5.10- Vão livre mínimo das portas de saída 0,70 m.

1.1.5.11- Altura interna mínima no corredor 2,00 m.

1.1.6- Capacidade:

1.1.6.1- Capacidade mínima de passageiros sentados..... 26 passageiros.

1.1.6.2- Capacidade mínima de passageiros em pé..... 20 passageiros.

(Taxa de 6 passageiros / m²).

1.1.7- Legislação:

O veículo deverá atender a todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente.

1.2- CARROCERIA:

1.2.1- Acessos:

O veículo deverá possuir no mínimo duas portas sendo uma atrás do eixo traseiro e outra adiante do eixo dianteiro. O acionamento deverá ser preferencialmente eletropneumático com tempo de abertura regulável entre 2 e 5 segundos.

O veículo deverá possuir três saídas de emergência ao lado esquerdo, distribuídas pelo comprimento. O vão das saídas deverá ser ocupado por janelas semelhantes as demais do veículo, com acionamento fácil, rápido e com indicação clara de sua operação.

Cada porta deverá ser acionada individualmente pelo motorista. O sistema de portas deverá possuir dispositivo eletrônico de intertravamento de tal forma que o veículo não parta com nenhuma de suas portas abertas e que as portas não possam se abrir com o veículo em movimento.

Para todos os ônibus novos, incorporados a partir da vigência do contrato será exigida a implantação de elevador para embarque e desembarque para PPD's – Pessoas Portadoras de Deficiência Física. Excetuam-se desta disposição apenas os veículos tipo "piso baixo" e os que eventualmente vierem a ser utilizados para operar em plataformas elevadas, bem como os que vierem a operar os serviços diferenciados, determinados no art. 4º, IV, V e VI, da Lei Municipal 5.602/02.

O elevador para deficientes físicos em cadeira de rodas deverá, em condição de repouso, ser uma escada para descida de passageiros usuais. O veículo não poderá partir com o elevador fora da condição de absoluto repouso e o elevador não poderá funcionar com o veículo em movimento.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Nestes veículos, deverá ser reservado espaço (box), para a acomodação de no mínimo um PPD. Este espaço deverá permitir a entrada da cadeira de rodas e sua acomodação no sentido longitudinal do veículo. A cadeira deverá ser fixada por trava de roda facilmente manuseada pelo passageiro. Também deverá existir um cinto de segurança retrátil ou outro dispositivo semelhante para contenção do corpo do passageiro. A concepção destes dispositivos deverá prever a sua manutenção em bom estado de limpeza.

1.2.2- Ventilação e ar condicionado:

O veículo deverá possuir um sistema de ventilação e exaustão que garanta quinze trocas de ar por hora com portas e janelas fechadas. O sistema ainda não deverá permitir a entrada de água de chuva.

O veículo poderá ser equipado com aparelho de ar condicionado de 120 000 BTU no mínimo, para atingir e manter uma temperatura interna de 23°C com temperatura externa de 35°C. A distribuição interna de ar deverá ser homogênea por todo o veículo, tomando-se, no entanto, o cuidado de não dirigir jatos que poderiam causar desconforto sobre os ocupantes.

Os vidros deverão ser de cor fumê ou verde, conforme tonalidades permitidas pela legislação.

O aparelho de ar condicionado não poderá trabalhar com CFC ou outro material que venha a causar danos de natureza ecológica.

As portas dos veículos com ar condicionado deverão ser adequadas ao projeto do sistema de ar condicionado, bem como sua quantidade por veículo.

O veículo também deverá possuir independente do sistema de ar condicionado, o sistema de ventilação e exaustão. Este sistema deverá aproveitar os dutos existentes.

1.2.3- Iluminação interna:

1.2.3.1- Mesa do cobrador 250 lux mínimo.

1.2.3.2- Passageiro sentados 140 lux mínimo.

1.2.3.3- Poço de degraus 30 lux mínimo.

As luminárias do poço de degraus serão acesas simultaneamente à abertura das portas. Deverão ser posicionadas de tal forma que iluminem também a região do solo onde o passageiro deva pisar.

Caso sejam utilizadas lâmpadas fluorescentes, os reatores deverão trabalhar em frequência não audível.

1.2.4- Ganchos para reboque e pára-choques:

O veículo deverá possuir ganchos para reboque na extremidade dianteira. Os pára-choques deverão estar esteticamente bem integrados à carroceria, devendo, na peça traseira, possuir perfil que não permita o apoio do pé de pingentes.

1.2.5- Pintura e aspecto visual:

O veículo deverá ser pintado de forma padrão, conforme determinação da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.

O pára-brisa deverá ser amplo, preferencialmente colado à estrutura. O desenho do veículo deverá seguir as tendências atuais.

1.2.6- Comunicação externa:

O indicador de destino deverá ser, preferencialmente, do tipo eletrônico, programável, ou com película rotante, refletivo, dotado de iluminação, com altura mínima de 0,20 m .



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Na lateral, logo a frente da porta traseira (acho que é dianteira, pois o embarque é pela dianteira), na região abaixo da janela, deverá haver um indicador de destino, com dimensões reduzidas preferencialmente à metade do frontal.

Deverá ser instalado alarme de ré, de modo a identificar de maneira clara, a manobra que o veículo irá executar.

1.2.7- Arranjo Interno:

O veículo deverá ter preferencialmente bancos duplos todos voltados para a dianteira.

Os corrimãos superiores deverão seguir as linhas laterais dos bancos. Apenas aos corrimãos deverão ser instaladas alças flexíveis para apoio de pessoas de baixa estatura.

Em cada linha de bancos, alternando-se à esquerda e à direita, deverá haver um balaústre que liga o encosto do banco ao corrimão.

Nas imediações das portas deverão existir colunas ou apoios para a movimentação interna dos passageiros.

As tonalidades do piso, bancos, laterais, teto e apoios internos deverão formar um conjunto harmonioso que produza uma sensação de conforto aos passageiros, devendo, para os veículos novos, o barramento, pega-mãos das portas e dos bancos, molduras dos degraus, visando a melhor identificação por parte das pessoas com visão reduzida.

Deverão possuir catraca posicionada próxima a porta de entrada.

1.2.8- Piso:

O revestimento do piso deverá ser de PVC permeado de quartzo, que apresenta boa condição de atrito e facilidade de limpeza. A base deverá ser de compensado naval ou chapa de alumínio, ou ainda, aço zincado.

1.2.9- Bancos:

Os bancos de passageiros deverão ser estofados, com almofadas apoiadas sobre corpo moldado e com formas anatômicas, que proporcionem boa distribuição do peso sobre o assento e apoio lordótico efetivo no encosto. Na parte superior do encosto deverá haver um pega-mão próximo ao corredor, para servir aos passageiros em pé. Na parte superior do encosto, deverá haver uma proteção para atenuação de choques de passageiros sentados sujeitos a frenagens bruscas ou acidentes.

O banco do motorista e do cobrador deverão possuir cinto de segurança em conformidade com a normatização vigente, bem como, todos os demais bancos que o forem passíveis de exigibilidade.

1.2.10- Painel de Instrumentos:

O painel deverá ter os seguintes instrumentos, além dos usuais:

- Tacógrafo.
- Manômetro duplo, para os dois circuitos de freio.
- Também deverá possuir os seguintes alarmes sonoros e visuais:
- Temperatura do motor.
- Pressão de óleo do motor.
- E os seguintes alarmes visuais:
- Pressão de ar insuficiente no freio de estacionamento.
- Freio de estacionamento acionado.
- Alternador não carrega.
- Pressão de ar insuficiente em freio de serviço.
- Temperatura do óleo da caixa automática, quando for o caso.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



1.2.11- Sistema de Comunicação Interna:

Deverá ser prevista a possibilidade de fixação de aparelhos de TV e vídeo atrás do painel do posto do motorista, onde serão veiculadas mensagens institucionais, de interesse da população, e anúncios comerciais.

No painel atrás do motorista, abaixo do espaço reservado para o conjunto TV/vídeo, ficará um espaço destinado à fixação do Jornal do ônibus, que veiculará notícias do sistema de transporte da cidade.

1.2.12. Bilhetagem:

O veículo deverá disponibilizar a instalação de dispositivo de validação de bilhetes e de suas interfaces via tele-comunicação com a garagem e com os equipamentos de gerenciamento eletrônico de frota.

1.3- ESTRUTURA:

A estrutura deverá ser do tipo chassi estrutural com carroceria. Para o projeto da estrutura deverá ser considerada uma carga equivalente a uma ocupação de seis passageiros/m² em pé.

A estrutura deverá ter capacidade de suportar, sem deformação estrutural permanente, uma carga de quinze toneladas uniformemente distribuída sobre o teto.

Por ordem de preferência, segue lista de materiais estruturais a serem utilizados:

- a) Aços carbono zincados.
- b) Ligas de alumínio.
- c) Aços carbono de baixa liga.
- d) Aços inoxidáveis.
- e) Aços carbono estruturais.

Deverão ser tomados cuidados especiais relativos a execução de uniões de elementos estruturais e proteção contra corrosão do conjunto de estrutura.

Deverá ser previsto no cálculo estrutural a possibilidade de abertura de portas à esquerda do veículo.

1.4- DIREÇÃO:

Deverá possuir assistência hidráulica integrada na caixa. A assistência hidráulica deverá ser garantida mesmo com o veículo em marcha lenta.

Em caso de perda da assistência hidráulica, o esforço de esterçamento não deverá ultrapassar 500 N.

1.5. SUSPENSÃO:

A suspensão deverá ser preferencialmente do tipo pneumático puro, com massa de ar variável e regulação automática do nível do piso do veículo, admitindo-se uso de molas de aço, elípticas.

Os pneus deverão ser do tipo radial, preferencialmente sem câmara. Os reservatórios de ar deverão possuir sistema automático de drenagem.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



É desejável que possua possibilidade de rebaixamento para facilitar o acesso dos passageiros com menos mobilidade, com elevação ao nível normal para continuação da viagem.

1.6. FREIOS:

O sistema de freios deverá ser do tipo tambor com atuação totalmente pneumática, com recurso para emergência e dois circuitos independentes, um para o eixo dianteiro e outro para o traseiro.

O freio de estacionamento deverá ser do tipo com cilindros acumuladores de energia, com atuação por molas, integrados aos servo-mecanismos de acionamento de freio de serviço, do eixo traseiro.

O sistema deverá atender aos requisitos de desempenho descritos no item 1.1.3.

Sistemas auxiliares de frenagem deverão ser acionados através do pedal de freio de serviço e conjugados a ele.

É desejável estar equipado com Sistema Antiblocante de Freio (ABS). As guarnições de freio não deverão possuir elementos que contenham amianto.

Os reservatórios de ar deverão possuir sistema de drenagem automático conjugado ao acionamento do freio de serviço e atuando antes deste, deverá haver um freio auxiliar incorporado à caixa automática, se for o caso.

1.7. MOTOR:

O motor poderá ser de combustão espontânea, tendo como combustível o óleo Diesel ou de combustão por centelha, movido a álcool ou gás natural. As características do motor deverão prover ao veículo o desempenho e as condições de conforto especificados no capítulo 1.1.4.

O motor deverá ser com potência mínima de 180 cv.

Os gases de escape deverão ser ejetados à atmosfera na região lateral traseira esquerda do veículo.

1.8. TRANSMISSÃO:

A caixa de câmbio deverá preferencialmente ser automática, com retardador. A mudança de marchas deverá ser suave o suficiente para atender aos requisitos de conforto do capítulo 1.1.4. O acionamento do retardador deverá ser feito através do pedal de freio e sua ação conjugada a ele.

A caixa de transmissão deverá ainda permitir o controle da velocidade máxima do veículo e prover o intertravamento das portas, ou seja, o veículo não parte com portas abertas. O comando deverá ser do tipo eletrônico que permite mudanças mais suaves, independentemente da condição de carga e permite comunicação com outros artefatos eletrônicos do veículo, ou mecânico.

1.9. EXCEPCIONALIDADES:

Os melhoramentos e avanços tecnológicos poderão ser determinados e homologados pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, bem como,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



adaptações referentes ao aqui estabelecido, visando a melhor adequação aos usos específicos e particulares que possam surgir no decorrer da operação.

1.10. GERENCIAMENTO DA FROTA

Todos os veículos deverão ser dotados de equipamento que permita o gerenciamento eletrônico da frota, sendo possível a localização do veículo (através de GPS), sua velocidade média, onde e quando realizou paradas, além de permitir em tempo real o acompanhamento das viagens, com cópia (acesso) disponibilizada(o) a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, para que possa realizar o acompanhamento da operação.

2- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ÔNIBUS LEVE “RIO GRANDE”

2.1- VEÍCULO:

2.1.1- Descrição geral:

O veículo deverá seguir as seguintes normas e resoluções: Resolução n.º 316/09, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e micro-ônibus) de fabricação nacional e estrangeira; Norma ABNT NBR 14022:2008 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros; Norma ABNT NBR 15570:2008 - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros, no que não for abordado neste documento, bem como, obedecer as Resoluções do CONAMA, sobre a emissão de poluentes e ruídos.

Destina-se ao uso em corredores urbanos de baixa densidade, tráfego nas faixas horárias de baixa demanda entre terminais, ou linhas alimentadoras/distribuidoras de baixa demanda.

Deverá atender as demais especificações do ônibus padrão “Rio Grande”, no que couber, com exceção do regrado abaixo:

- Capacidade mínima de 21 passageiros sentados;
- Comprimento maior que 6,80m e menor que 11,40 m;
- Os veículos com comprimento entre 6,80m e 8,00m, poderão ser dotados de apenas uma porta, na lateral direita, próximo ao eixo dianteiro. Deverão ser equipados com motor de potência não inferior a 115 CV.
- Os veículos com comprimento acima de 10,00m deverão atender integralmente as demais especificações para os ônibus padrão “Rio Grande”;
- As portas dos veículos com até 10,00m de comprimento, deverão apresentar vão livre mínimo de 0,68 m e altura mínima de 1,80 m;

2.2. EXCEPCIONALIDADES:

Os melhoramentos e avanços tecnológicos poderão ser determinados e homologados pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, bem como, adaptações referentes ao aqui estabelecido, visando a melhor adequação aos usos específicos e particulares que possam surgir no decorrer da operação.



3- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ÔNIBUS ARTICULADOS “RIO GRANDE”

3.1- VEÍCULO:

3.1.1- Descrição geral:

O veículo deverá seguir as seguintes normas e resoluções: Resolução n.º 316/09, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo de passageiros (ônibus e micro-ônibus) de fabricação nacional e estrangeira; Norma ABNT NBR 14022:2008 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros; Norma ABNT NBR 15570:2008 - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros, no que não for abordado neste documento, bem como, obedecer as Resoluções do CONAMA, sobre a emissão de poluentes e ruídos.

Destina-se ao uso em corredores urbanos densos e tráfego troncal entre terminais.

Deverá atender as demais especificações do ônibus padrão “Rio Grande”, no que couber, com exceção do regrado abaixo:

- Capacidade mínima de 55 passageiros sentados e 55 passageiros em pé (com taxa de 6 passag/m²);
- Comprimento maior que 18,00m ;

3.2. EXCEPCIONALIDADES:

Os melhoramentos e avanços tecnológicos poderão ser determinados e homologados pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, bem como, adaptações referentes ao aqui estabelecido, visando a melhor adequação aos usos específicos e particulares que possam surgir no decorrer da operação.

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA FROTA:

4.1. A frota deverá ser composta de ônibus definidos neste Edital como PADRÃO “RIO GRANDE”, e ônibus definidos neste Edital como LEVE “RIO GRANDE”. A utilização de ônibus ARTICULADOS “RIO GRANDE”, está vinculada à implantação das mudanças operacionais vinculadas à troncalização do sistema, conforme o Anexo VI - METAS DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO EM RIO GRANDE.

4.1.1. Os veículos, na época da vistoria, deverão estar obrigatoriamente dentro do que prevê a legislação específica, e deverão ser providos do sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico e Integrado, compatível com o já implantado no município do Rio Grande, possibilitando a leitura e validade dos créditos e cartões já emitidos, de catraca para controle do número de passageiros, que utilizam o mesmo dispositivo eletrônico de leitura e liberação de catraca acionada por cartão eletrônico chipado, sem contato físico.

4.1.2. Pelo menos 50% (cinquenta por cento) da frota de veículos PADRÃO “RIO GRANDE”, desde o início da operação, deverão ser providos de elevador de embarque/desembarque, adaptado as pessoas portadoras de necessidades especiais.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



4.1.3. Todos os veículos que vierem a ser incorporados a frota após o início da operação, mesmos que em substituição ao outro veículo, obrigatoriamente deverão estar equipados com elevador de embarque/desembarque, adaptado as pessoas portadoras de necessidades especiais.

4.2. Durante toda a vigência do Contrato de Concessão, a frota, deverá ter a idade média não superior a cinco anos, bem como a idade máxima de cada veículo não deverá ultrapassar quinze anos, nos termos da Lei Municipal 5.602/02.

4.2.1. As exigências acima devem ser atendidas desde início da operação e durante toda a vigência do Contrato de Concessão.

4.3. A comprovação da idade do veículo se fará mediante a apresentação obrigatória do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV vigente, emitido pelo órgão competente, sendo considerada para os efeitos deste edital, a idade de fabricação do chassi do veículo.

4.4. O CONCEDENTE recusará qualquer dos veículos apresentados, independentemente de comprovada a idade exigida, em razão de desaprovação de suas condições gerais ou parciais, mediante a competente justificativa de teor técnico.

4.5. Fica estipulado em 130 (cento e trinta) número mínimo de ônibus, **necessário à composição da frota inicial** para operação do Serviço, salvo fruto de alterações no Sistema, que assim o exijam, sob a anuência formal da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.

4.5.1. O número acima estimado já inclui dez por cento de veículos destinados à reserva técnica.

4.5.2. A distribuição da frota, **necessária à composição da frota inicial (está em divergência com o 4.5.1.** para operação do Serviço, nas categorias de classificação deste anexo deve ser a que segue:

- 118 ônibus PADRÃO “RIO GRANDE”;
- 012 ônibus LEVE “RIO GRANDE”;

4.5.3. Excepcionalmente poderão ser apresentados pela proponente ônibus da categoria PADRÃO “RIO GRANDE”, para suprir o serviço de ônibus LEVE “RIO GRANDE”, entretanto, os mesmos serão computados para cômputo tarifário e qualquer outro fim, como se fossem ônibus LEVE “RIO GRANDE”;

4.6. São de responsabilidade da Concessionária todos os investimentos necessários ao suprimento da frota e à instalação de sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico, compatível com o já instalado no município, permitindo a leitura dos cartões e aceitação dos créditos já emitidos, conforme especificado no Anexo IV deste Edital, para o bom desempenho do sistema, incluída a ampliação do sistema, cujas benfeitorias, ainda que necessárias, ficarão incorporadas aos bens da Concessionária, sem direito a indenização, durante ou ao final da Concessão.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



4.7. SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS:

A Concessionária, ao substituir o veículo, deverá consultar Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, indicando o veículo a ser substituído, o qual deverá ser de ano de fabricação superior ao mesmo, e as características do veículo substituído, cabendo a Secretaria aprovar ou não a mesma.

4.7.1. A substituição de veículo da frota será feita sempre que necessária em razão de danos ocorridos, de idade incompatível ou mau desempenho, mediante comunicação prévia à Concedente, através dos documentos que contenham sua identificação completa.

4.8. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AOS VEÍCULOS PARA EXERCÍCIO DA CONCESSÃO:

Certificado de Registro e Licenciamento do veículo do ano em vigor.

Seguro Obrigatório em vigor.

Notas Fiscais de chassi e carrocerias, para veículos zero quilômetro a licenciar.

Todos os veículos deverão ser emplacados no Município do Rio Grande.

4.9. A Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT determinará à Concessionária, em conformidade com o crescimento e a dinâmica da cidade, as devidas alterações na frota, ao longo do período de Concessão, de modo a sempre manter a compatibilidade com as demandas diagnosticadas.



ANEXO II

SISTEMA GERAL DE TRANSPORTE COLETIVO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS A SEREM ATENDIDAS PARA A OPERAÇÃO

O **serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, objeto desta Licitação, deverá ser inicialmente operado a partir das Linhas descritas, com seus itinerários, horários e frequências, conforme estabelecido neste anexo, ressalvadas as alterações determinadas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.

Deverão ser cumpridos integralmente, desde o primeiro dia de operação, os itinerários, horários, frequências e demais especificações aqui assentadas, que não poderão ter suas especificações reduzidas, salvo alterações determinadas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.

O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT reserva para si o direito de proceder modificações, acréscimos, aglutinações, desmembramentos, nas linhas e suas especificações, visando o atendimento de demandas oriundas da população e o melhor desempenho do Serviço, na forma do regramento legal, mantido o equilíbrio econômico-financeiro da atividade.

Não integram este anexo as especificações referentes ao Sub-sistema 01 – Parque Marinha - de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Setor Sudoeste do Município do Rio Grande, composto pelas linhas P10 - Parque Marinha (via Parque São Pedro), P11 - Parque São Pedro (via Parque Marinha), P13 - Jardim do Sol (via Humaitá) e J04 - Junção Cassino (via Parque Marinha – Castelo Branco).



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



NUMERAÇÃO DAS LINHAS

P – PRAÇA TAMANDARÉ:

- P 01 – CIRCULAR CIDADE NOVA (Via Av. Pelotas/Dom Bosco)
- P 02 – CIRCULAR CIDADE NOVA (Via Av. Portugal/Pres. Vargas)
- P 03 – BARRA (Via INSS)
- P 04 – DIQUE SECO (Via FURG Centro)
- P 05 – POLIVALENTE AV. PELOTAS
- P 06 – POLIVALENTE BUARQUE DE MACEDO
- P 07 – AV. PELOTAS
- P 08 – BUARQUE DE MACEDO
- P 09 – CASSINO
- P 12 – LAR GAÚCHO/SANTA TEREZA
- P 14 – FURG
- P 15 – QUINTA
- P 17 – MARLUZ
- P 18 – CASTELO BRANCO/SANTA ROSA
- P 20 – SANTA ROSA
- P 21 – SANTA ROSA/ÁGUEDA
- P 22 – SANTA ROSA/ASSIS BRASIL
- P 30 – CORUJÃO

J – JUNÇÃO:

- J 01 – JUNÇÃO VIA BERNADETH
- J 02 – JUNÇÃO VIA PRADO
- J 03 – JUNÇÃO VIA PRADO (Via Bosque)
- J 05 – BARRA VIA CASTELO BRANCO

T – TREVO:

- T 01 – TREVO PORTO
- T 02 – TREVO BARRA

D – DISTRITAL:

- D 01 – TAIM
- D 02 – TOROTAMA
- D 03 – POVO NOVO
- D 04 – PALMA
- D 05 – LEONÍDIO/MARINHEIROS

C – CASSINO:

- C 01 – CIRCULAR CASSINO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



ITINERÁRIOS

LINHAS DA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO JUNÇÃO

J 01 - JUNÇÃO VIA BERNADETH

Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - José Bonifácio - Olavo Bilac - Santos Dumont - Osvaldo Aranha - Rua 163 - Pedro de Azevedo - Ilton Gonçalves - Mário Gomes - Av. Itália - Olavo Bilac - José Bonifácio - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção.

J02 - JUNÇÃO VIA PRADO

Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Jóquei Clube - Henrique Pancada - Av. Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Neto - Vitorino - Vinte e Quatro de Maio (Estação de Integração Tamandaré) - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powel - Major Carlos Pinto - Av. Portugal - Henrique Pancada - Jóquei Clube - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção.

J03 -JUNÇÃO VIA PRADO (VIA BOSQUE)

Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Bernardo Taveira - João da Silva Silveira - Pandiá Calógeras - Manoel Gonzales Lopes - Corredor do Bosque - Cristóvão Pereira - Saturnino de Brito - Jóquei Clube - Henrique Pancada - Av. Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Neto - Vitorino - Vinte e Quatro de Maio (Estação de Integração Tamandaré) - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powel - Major Carlos Pinto - Av. Portugal - Henrique Pancada - Jóquei Clube - Saturnino de Brito - Cristóvão Pereira - Corredor do Bosque - Manoel Gonzales Lopes - Pandiá Calógeras - João da Silva Silveira - Bernardo Taveira - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção

J 05 - BARRA VIA CASTELO BRANCO

Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Roberto Socoowisk - Irmão Isício - Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos - Trancredo Neves - Imigrantes - Dinarte Luz Alves - Luiz Loureiro - Alberto Miranda -m Juan LLlopart - Bello Brum - Wanda Rocha Martins - João Paulo I - BR 392 - Av. Maximiano da Fonseca - Molhes da Barra - Av. Maximiano da Fonseca - BR 392 - Transpetro - BR 392 - Belo Brum - Juan LLlopart - Alberto Miranda - Luiz Loureiro - Dinarte Luz Alves - Imigrantes - Trancredo Neves - Antônio Bento dos Santos - Lindomar Rodrigues - Irmão Isício - Roberto Socoowski - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção.

LINHAS DA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO PRAÇA TAMANDARÉ

P 01 - CIRCULAR CIDADE NOVA (Via Av. Pelotas/Dom Bosco)

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Mal. Floriano - Almirante Barroso - Silva Paes - Gal. Netto - Vitorino - Av. Pelotas - Missões - Dom Bosco - Vice Almirante Abreu - Vinte e Quatro de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



P 02 - CIRCULAR CIDADE NOVA (Via Av. Portugal/Presidente Vargas)

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Mal. Floriano - Almirante Barroso - Silva Paes - Gal. Netto - Vitorino - Vinte e Quatro de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Av. Portugal - Domingos de Almeida - Presidente Vargas - Rheingantz - Vinte e Quatro de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P03 -BARRA (Via INSS)

Estação de Integração Praça Tamandaré - Vinte e Quatro de Maio - Luiz Loréa - Gal. Neto - Silva Paes - Barroso - Mal. Andréa - Almirante Cerqueira e Souza - Honório Bicalho - BR 392 - Av. Maximiano da Fonseca - Av. Principal (Barra) - Av. Maximiano da Fonseca - BR 392 - Honório Bicalho - Almirante Cerqueira e Souza - Mal. Andréa - Barroso - Silva Paes - Gal. Neto - Gal. Vitorino - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P04 – DIQUE SECO

Estação de Integração Tamandaré - Vinte e Quatro de Maio - Luiz Loréa - Gal. Neto - Dr. Nascimento - Benjamin Constant - Salgado Filho - Alfredo Huck - Álvaro Costa - Barroso - Marciano Espíndola - Honório Bicalho - Heitor Amaro Barcelos - Alípio Cadaval - Mal. Rondon - BR 392 - Dique Seco - BR 392 - Mal. Rondon - Alípio Cadaval - Heitor Amaro Barcelos - Honório Bicalho - Marciano Espíndola - Barroso - Álvaro Costa - Alfredo Huck - Salgado Filho - Andrade Neves - Dr. Nascimento - Vinte e Quatro de Maio - Estação de Integração Tamandaré.

P05 – POLIVALENTE AV. PELOTAS

Vinte e Quatro de Maio (Estação de Integração Praça Tamandaré) - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powel - João Salomão - Deodoro - Av. Pelotas - Argentina - Uruguai - Paraguai - Bandeirantes - Saturnino de Brito - Estação de Integração da Junção - Saturnino de Brito - Pandiá Calógeras - Manoel Gonzales Lopes - Barão de Santo Ângelo - Rua “1” - Rua “13” - Rua “3” - Rua “7” - Rua “4” - Rua “9” - Rua “4” - Rua “7” - Rua “3” - Rua “13” - Rua “1” - Barão de Santo Angelo – Manoel Gonzalez Lopes – Pandiá Calógeras – Saturnino de Brito – Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito – Bandeirantes – Paraguai – Uruguai - Dom Bosco - Vice Almirante Abreu – Vinte e Quatro de Maio – Estação de Integração Praça Tamandaré.

P06 – POLIVALENTE BUARQUE DE MACEDO

Vinte e Quatro de Maio (Estação de Integração Praça Tamandaré) - Luiz Loréa - Gal. Neto - Senador Correa - Buarque de Macedo - Gonçalves Dias - Altamir Lacerda - Acre - Bolívia - Argentina - Pinto Bandeira - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito – Pandiá Calógeras - Manoel Gonzales Lopes - Barão de Santo Ângelo – Rua “1” - Rua “13” - Rua “3” - Rua “7” - Rua “4” - Rua “9” - Rua “4” - Rua “7” - Rua “3” - Rua “13” - Rua “1” - Barão de Santo Ângelo - Manoel Gonzales Lopes - Pandiá Calógeras - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Pinto Bandeira - Argentina - Bolívia - Acre - Altamir Lacerda - Gonçalves Dias - Buarque de Macedo – Cristóvão Colombo - Dom Bosco - Vice Almirante Abreu - Vinte e Quatro de Maio – Estação de Integração Praça Tamandaré.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



P 07 - AV. PELOTAS

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - João Salomão - Deodoro - Av. Pelotas - Argentina - Uruguai - Paraguai - Pinto Bandeira - Argentina - Uruguai - Dom Bosco - Vice Almirante Abreu - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 08 - BUARQUE DE MACEDO

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Luiz Loréa - Gal. Netto - Senador Correa - Buarque de Macedo - Gonçalves Dias - Altamir Lacerda - Acre - Bolívia - Argentina - Uruguai - Paraguai - Pinto Bandeira - Bolívia - Acre - Altamir Lacerda - Gonçalves Dias - Buarque de Macedo - Cristóvão Colombo - Av. Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gen. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P09 - CASSINO

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Luiz Loréa - Gal. Netto - Senador Correa - Buarque de Macedo - 2 de Novembro - Presidente Vargas - ERS 734 - Av. Rio Grande - São Leopoldo - Rio de Janeiro - Av. Atlântica - Av. Rio Grande - ERS 734 - Presidente Vargas - Rheingantz - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P09 - CASSINO (VIA CIDADE NOVA)

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Major Carlos Pinto - Av. Portugal - Deodoro - Av. Pelotas - Av. Argentina - Av. Uruguai - Paraguai - Bandeirantes - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - José Bonifácio - Olavo Bilac - ERS 734 - Av. Rio Grande - São Leopoldo - Rio de Janeiro - Av. Atlântica - Estação Integração Cassino - Avenida Atlântica - Av. Rio Grande - ERS 734 - Olavo Bilac - José Bonifácio - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Av. Bandeirantes - Paraguai - Uruguai - Dom Bosco - Domingos de Almeida - Av. Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 12 - LAR GAÚCHO/SANTA TEREZA

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Luiz Loréa - Gal. Netto - Nascimento - Benjamin - Salgado Filho - Senador Correa - Duque de Caxias - Modesto Rey Dornelles) - Gaspar de Lemos - Lazaro Zamenhoff - Val Porto - Alfredo Huch - Barroso - Rua Oito de Julho - Bastos Guerra - Macarenhas de Moraes - Abdala Nader - Eng. Heitor Amaro Barcellos - Mal. Rondon - Alípio Cadaval - Eng. Heitor Amaro Barcellos - Honório Bicalho - Dom Pedro II - Silva Paes - Gal. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 12 - SANTA TEREZA/LAR GAÚCHO

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Luiz Loréa - Gal. Netto - Silva Paes - Dom Pedro II - Honório Bicalho - Eng. Heitor Amaro Barcellos - Alípio Cadaval - Mal. Rondon - Heitor Amaro Barcellos - Abdala Nader - Mascarenhas de Moraes - Bastos Guerra - Oito de Julho - Barroso - Alfredo Huck - Val Porto - Lazaro Zamenhoff - Gaspar de Lemos - Modesto Rey Dornelles - Duque de Caxias - Senador Correa - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



P 14 - FURG

Estação de Integração Praça Tamandaré – 24 de Maio – Luiz Loréa – Gal. Netto – Senador Correa – Buarque de Macedo – 2 de Novembro – Presidente Vargas – ERS 734 – João Juliano – Alberto de Sá – Miguel Riet Correa - FURG Carreiros (pavilhão 02) - Miguel Riet Correa - Alberto Sá - João Juliano – ERS 734 - Presidente Vargas - Rheingantz - Vinte e Quatro de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 15 – QUINTA

Estação de Integração Praça Tamandaré – 24 de Maio - Franciso Campello - Gal. Netto - Senador Correa - Buarque de Macedo - 2 de Novembro - Presidente Vargas – ERS 734 - BR 392 - Travessa ‘17’ - Cel. Salgado - Trajano Lopes - Rua dos Franceses – Virgílio da Porciúncula - João Moreira - Travessa ‘6’ - BR 392 – Sitio Santa Cruz - Rua “B” – Rua “E” - Rua “A” - Rua “E” - Rua “B” - BR 392 – Travessa “6” - João Moreira – Virgilio da Porciúncula – Franceses – Trajano Lopes – Cel. Salgado – Travessa “17” - BR 392 – ERS 734 – Presidente Vargas – Rheingantz – 24 de Maio – Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 17 – MARLUZ

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Portugal - Domingos de Almeida - 1º de Maio - José Bonifácio – Saturnino de Brito – Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito - Roberto Soocowisk - Rua “2” - Rua “3” - Pedro Rocha de Andrade – Alberto de Sá – Érico da Gama – Padre Josué Silveira de Mattos – Pedro Carneiro Pereira – Rua “4” - Rua “2” - Roberto Soocoowisk - Saturnino de Brito – Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito - José Bonifácio - 1º de Maio - Domingos de Almeida - Portugal – Aquidaban – Luis Loréa – Gal. Neto – General Vitorino – 24 de Maio – Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 18 – CASTELO BRANCO/SANTA ROSA

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Portugal - Domingos de Almeida - 1º de Maio - José Bonifácio – Saturnino de Brito – Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito - Roberto Soocowisk - Antônio Bento dos Santos – Lindomar Rodrigues – Izidoro Franco – Avelino dos Santos Martins – Francisco Giácomo – Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos – Tancredo Neves – Imigrantes – Dinarte Luz Alves – Luiz Loureiro – Alberto Miranda – Juan Llopart – Belllo Brum – Vanda Rocha Martins – João Paulo I – BR 392 –. Belo Brum - Juan Llopart - Rua Alberto Miranda – Luiz Loureiro – Dinarte Luz Alves – Imigrantes – Tancredo – Antônio Bento dos Santos - Lindomar Rodrigues – Irmão Isício - Roberto Soocowisk – Saturnino de Brito – Estação de Integração Junção – Saturnino de Brito - José Bonifácio – 1º de Maio – Domingos de Almeida – Portugal – Aquidaban – Luis Loréa – Gal. Neto – Vitorino – 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré.

P 20 - SANTA ROSA

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Portugal - Domingos de Almeida - 1º de Maio - José Bonifácio - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Roberto Soocowisk – Irmão Isício - Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos - Tancredo Neves - Imigrantes - Dinarte Luz Alves- Luiz Loureiro - Alberto Miranda - Juan LLlopart - Belo Brum - Vanda Rocha Martins - João Paulo I – Juan LLlopart - Alberto Miranda - Luiz



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Loureiro - Dinarte Luz Alves - Imigrantes - Tancredo Neves - Antônio Bento dos Santos - Lindomar Rodrigues - Irmão Isício - Roberto Soocowisk - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - José Bonifácio - 1º de Maio - Domingos de Almeida - Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Praça Tamandaré.

P 21 – SANTA ROSA/ÁGUEDA

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Portugal - Domingos de Almeida - 1º de Maio - José Bonifácio - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Roberto Socoowisk - Irmão Isício - Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos - Tancredo Neves - Imigrantes - Dinarte Luz Alves - Luiz Loureiro - Alberto Miranda - Juan Llopart - Belo Brum - Vanda Rocha Martins - João Paulo I - Av. “F” - Rua “5” - Rua “8” - Av. “C” - Rua “17” - Av. “B” - Rua “8” - Av. “E” - Av. “F” - Rua João Paulo I - João Paulo I - BR 392 - Belo Brum - Juan LLlopart - Alberto Miranda - Luiz Loureiro - Dinarte Luz Alves - Imigrantes - Tancredo Neves - Antônio Bento dos Santos - Lindomar Rodrigues - Irmão Isício - Roberto Soocowisk - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - José Bonifácio - 1º de Maio - Domingos de Almeida - Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Tamandaré.

P 22 – SANTA ROSA/ASSIS BRASIL

Estação de Integração Praça Tamandaré - 24 de Maio - Vasco Vieira da Fonseca - Baden Powell - Major Carlos Pinto - Portugal - Domingos de Almeida - 1º de Maio - José Bonifácio - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - Roberto Soocowisk - Irmão Isício - Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos - Tancredo Neves - Imigrantes - Dinarte Luz Alves - Luiz Loureiro - Alberto Miranda - Juan LLlopart - Belo Brum - Vanda Rocha Martins - João Paulo I - Juan Llopart - Roberto Soocowisk - Rua 108 - Roberto Socoowisk - Juan LLlopart - Alberto Miranda - Luiz Loureiro - Dinarte Luz Alves - Imigrantes - Tancredo Neves - Antônio Bento dos Santos - Lindomar Rodrigues - Irmão Isício - Roberto Soocowisk - Saturnino de Brito - Estação de Integração Junção - Saturnino de Brito - José Bonifácio - 1º de Maio - Domingos de Almeida - Portugal - Aquidaban - Luiz Loréa - Gal. Netto - Vitorino - 24 de Maio - Estação de Integração Tamandaré.

P 30 - CORUJÃO

Estação de Integração Tamandaré - 24 de Maio - Luiz Loréa - Gal. Netto - Dr. Nascimento - Benjamin - Salgado Filho - Marciano Espíndola - Honório Bicalho - BR 392 - Val Porto - Apelles Porto Alegre - Senador Correa - Buarque de Macedo - Minas Gerais - Av. Pelotas - Argentina - Pinto Bandeira - Pandiá Calógeras - Manoel Gonzales Lopes - Roberto Socoowisk - Irmão Isício - Lindomar Rodrigues - Antônio Bento dos Santos - Tancredo Neves - Imigrantes - Dinarte Luz Alves - Luiz Loureiro - Alberto Miranda - Juan LLlopart - João Paulo I - BR 392 - Grandes Lagos - Arquipélagos - Oceanos - Grandes Lagos - Atol - Veleiros - Rua “G” - Winston Churchill - Rua “F” - Osvaldo Martensen - ERS 734 - Av. Rio Grande - São Leopoldo - Rio de Janeiro - Av. Atlântica - Estação de Integração Cassino - Av. Atlântica - Av. Rio Grande - ERS 734 - Presidente Vargas - Rheingantz - 24 de Maio - Estação de Integração Tamandaré.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



LINHAS DA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO CASSINO

C 01 – CIRCULAR CASSINO (VIA CAMPING)

Estação de Integração Cassino – Av. Atlântica – Rua do Riacho - Cruz Alta – Cidreira – Camaquã - Rua do Riacho – Leivas Otero – Alberto Martins da Silva – Cel. Augusto Leivas – Arroio Grande – Av. Atlântica – Estação de Integração Cassino.

C 02 – CIRCULAR CASSINO (VIA QUERÊNCIA)

Estação de Integração Cassino – Av. Atlântica – Júlio de Castilhos – Ataidés Rodrigues – Sady Gaubert - Oscar Campos Moraes - Amanda Maia – Darci Cunha Matos – Sady Gaubert – Archimino Arrieche - Nilza Alves Gonçalves – Rua “19” – Av. Atlântica – Rua do Hotel – Estela Maris – Av. Brasil – Av. Querência – Av. Atlântica – Estação de Integração Cassino.

LINHAS DA ESTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO TREVO

T 01 - TREVO – PORTO

Estação de Integração Trevo - ERS 734 - BR 392 – Honório Bicalho – Portão 04 – Honório Bicalho - BR 392 - ERS 734 - Estação de Integração Trevo.

T 02 - TREVO – BARRA

Estação de Integração Trevo - ERS 734 - BR 392 - BR 604 - Via 01 - Via 07 - Via 09 - BR 604 - Barra Nova - BR 604 - BR 392 - ERS 734 - Estação de Integração Trevo.

LINHAS DISTRITAIS

D 01 – TAIM

Estação Rodoviária – Vice Almirante Abreu - 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré – Francisco Campelo – Gal. Netto – Senador Correa – Buarque de Macedo – Dois de Novembro – Presidente Vargas – ERS 734 – BR 392 – BR 471 – Taim - Serraria – Taim – BR 471 – BR 392 – ERS 734 – Presidente Vargas – Rheingantz – 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré.

D 02 – TOROTAMA

Gal. Neto (Hotel Portugal) – Senador Correa – Buarque de Macedo - Dois de Novembro - Presidente Vargas – ERS 734 - Travessa ‘17’ - Cel. Salgado - Trajano Lopes - Rua dos Franceses – Virgílio da Porciúncula - João Moreira – estrada da Torotama - João Moreira – Virgílio da Porciúncula - Rua dos Franceses - Trajano Lopes - Cel. Salgado - Travessa ‘17’ - BR 392 – ERS 734 - Presidente Vargas – Av. Rheingantz – 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré - Francisco Campelo – Gal. Neto.

D 03 – POVO NOVO

Gal. Neto (Hotel Portugal) – Senador Correa – Buarque de Macedo - Dois de Novembro - Presidente Vargas - – ERS 734 - BR 392 - Travessa ‘17’ - Cel. Salgado - Trajano Lopes - Rua dos Franceses - João Moreira - Travessa ‘6’ - BR 392 – Praça do Povo Novo - BR 392 –



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



ERS 734 - Presidente Vargas - Av. Rheingantz - 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré - Francisco Campelo – Gal. Neto.

*** Tem horários que vão até Barro Vermelho e até o Pesqueiro**

D 04 – PALMA

Gal. Neto – Senador Correa – Buarque de Macedo - Dois de Novembro - Presidente Vargas – ERS 734 - BR 392 - Travessa '17' - Cel. Salgado - Trajano Lopes – BR 471 – Nova Quinta – BR 471 - Estrada da Palma - BR 392 - ERS 734 – Presidente Vargas – Rheingantz – 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré - Francisco Campelo – Gal. Neto.

D 05 – LEONÍDIO

Gal. Neto (Hotel Portugal) – Senador Correa – Buarque de Macedo - Dois de Novembro - Presidente Vargas – ERS 734 - BR 392 - Travessa '17' - Cel. Salgado - Trajano Lopes – Rua dos Franceses – Virgílio da Porciúncula - João Moreira – Estrada do Leonídio- Ilha do Marinheiros (circula a Ilha) – Estrada do Leonídio - João Moreira - Virgílio da Porciúncula - Trajano Lopes - Cel. Salgado - Travessa '17' - BR 392 – ERS 734 - Presidente Vargas – Rheingantz – 24 de Maio – Estação de Integração Tamandaré - Francisco Campelo – Gal. Neto.



ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES DAS GARAGENS

A Licitante vencedora deverá ter sob sua disponibilidade, antes do início da operação do Sistema, garagem no perímetro urbano da sede do Município do Rio Grande, a ser utilizada para guarda, conservação, manutenção e inspeção dos veículos que compõem a frota.

A garagem pode ser própria, arrendada comercialmente ou alugada, sendo admitido para os serviços de oficina, lavagem e lubrificação a sua terceirização.

É obrigatório à Contratada a aquisição, arrendamento ou aluguel das áreas, instalações e equipamentos não enquadrados na possibilidade de terceirização.

No aspecto construtivo os projetos e instalações devem estar de conformidade com as posturas e regulamentações municipais, especialmente o Código de Obras e a Lei do Plano Diretor, e a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinentes.

Deve ser dado tratamento adequado ao ambiente e às instalações das garagens, de modo a evitar transtornos de ruído, gases e dejetos às áreas circunvizinhas.

As instalações hidráulicas das oficinas devem ter reservatórios de contenção dos efluentes que contenham derivados de petróleo, tais como: óleo diesel, lubrificantes e solventes, os quais não podem ser lançados diretamente na rede de esgotos.

As especificações aqui contidas são os requisitos mínimos necessários:

-Pavimentação de toda a área de estacionamento e circulação da garagem, com blocos de concreto intertravados, paralelepípedo, asfalto ou concreto.

-Oficinas cobertas, com valas de manutenção.

-Instalação de área de recepção ou guarita e fechamento através de portão ou cancela.

-Área **mínima**, que poderá ser fracionada em até quatro locais diversos, correspondente a 46m² por ônibus, o que equivale a 5.980m² (cinco mil, novecentos e oitenta metros quadrados)



ANEXO IV

SISTEMA DE BILHETAGEM E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO

1 - A Concessionária se obriga a manter, desde o início da operação, às suas expensas, na totalidade da frota de ônibus utilizada no serviço público de transporte coletivo de passageiros no município do Rio Grande, o Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico e Integrado, compatível com o atualmente implantado.

a) Os dados do sistema de bilhetagem, juntamente com as demais informações obtidas de outros sistemas de controle veicular, são integrados, obtendo um conjunto de dados, compostos do número de passageiros transportados e outros itens proporcionados pelos gerenciadores eletrônicos, inclusive a fiscalização do cumprimento dos programas horários de oferta de serviço.

b) Tanto a oferta de serviço, quanto a demanda de passageiros serão objeto de controle pelo CONCEDENTE. O sistema de tratamento de dados prevê a sua inviolabilidade e a adoção de senhas e outros mecanismos semelhantes que garantam à Concedente quando for necessário o acesso direto aos pontos protegidos. O desenvolvimento do software e hardware desse sistema tem a participação direta do CONCEDENTE, bem como toda intervenção de manutenção de software e hardware.

c) O sistema de bilhetagem funciona através de validadores instalados nos veículos, que comandam as operações da catraca ou bloqueios de acesso. Os veículos por sua vez deverão estar dotados de antenas de telecomunicação, a fim de possibilitar a troca de informações, entre os veículos, a garagem, e as estações de controle fixas, ou alternativamente, através de GPRS. O sistema propicia vantagens como:

- Integração municipal (com possibilidade de integração intermunicipal);
- Integração tarifária;
- Integração física e temporal;
- Integração intermodal;
- Controle de gratuidades.
- Controle de tarifas reduzidas
- Controle do programa horário por veículo
- Estatísticas operacionais "on line"

d) - O SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA COMPORTARÁ O SEGUINTE TIPO DE CARTÃO:

d.1) Cartão Inteligente *Smart Card (Contact Less)*, cartão com "chip " embutido que possibilita realizar diversas operações, interligando vários sistemas de informação. A principal característica é a rapidez na troca de informações, entre a o validador e o cartão. Para o sistema de transportes o contato físico com o equipamento é indesejável, sendo que, neste tipo de cartão, a informação é transmitida através de ondas de rádio frequência ou sucedâneas possibilitando grande confiabilidade e segurança. Outra característica importante é quanto à sua memória, que permite armazenagem de grande número de dados. O mesmo cartão poderá ter uma interface com contato, para propiciar sua utilização também junto ao sistema bancário e comercial.

e) A Concessionária deverá proceder, também, a instalação do sistema fixo de coleta e processamento de dados do sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico, às suas



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



expensas, o qual será localizado dentro das instalações da própria Concessionária, no que tange ao descarregamento dos dados dos ônibus; localizado nos variados pontos do sistema viário da cidade, no que tange ao controle de horários e frequências; e junto a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, no que refere a terminal de consulta e fiscalização *on line*.

f) Deverá a Concessionária disponibilizar ponto de venda de cartões e recarga de crédito e através do site a recarga de vale-transporte e cartões estudantis, sendo a recarga feita a bordo dos validadores existente nos veículos.

g) A Concessionária será obrigada a adquirir e manter todos os hardwares e softwares (servidores, computadores, periféricos) necessários a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, compatível com o existente.



ANEXO V

CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS BÁSICAS

1. CONDIÇÕES GERAIS:

1.1. CCO 24 horas:

O controle operacional do sistema será ininterrupto, funcionando 24 horas todos os dias do ano. Estará conectado, via rádio, aos pontos finais de ônibus e terminais, alertando e providenciando alternativas a congestionamentos, acidentes, eventos, passeatas e outras situações que possam provocar perturbações na programação do sistema e queda da qualidade do serviço. A ação rápida e coordenada é muito importante para que não se multipliquem as perturbações e consequências. O Centro de Controle Operacional (CCO) estará treinado e apto a decidir as providências necessárias para o momento.

1.2. Fiscalização volante motorizada:

Existirá no sistema um eficiente processo de fiscalização que primará por seu dinamismo. Serão constituídas equipes volantes para acompanhar os serviços em locais diferentes com possibilidade de rápidas mudanças. Essas equipes atuarão como fiscalizadoras de qualidade do serviço em condições normais mas terão papel fundamental quando da necessidade de rápidas alterações no esquema operacional.

Deverão estar preocupadas em verificar condições adequadas de postura e uniformização de vestimenta, relações com o público e atendimento a clientes.

1.3. Manutenção Corretiva de Pronto - Socorro:

Para os casos das panes dos veículos em via pública, será implantado um serviço de pronto - socorro mecânico e elétrico, que atenda imediatamente às solicitações do CCO ou do carro com falha aberta. Este pronto-socorro deverá poder resolver a maioria dos problemas “in loco”, mas terá que remover os veículos que não tiverem condição de restabelecimento no local.

1.4. Rádio-Comunicação nos pontos finais dos ônibus, viaturas, terminais, garagens, CCO:

Uma rede de rádio-comunicação centralizada possibilitará a troca de informações em tempo real entre o CCO e os demais pontos. Esse sistema permitirá uma ação mais rápida em casos de perturbação da programação ou outras ocasionalidades.

1.5. Inspeção Veicular:

Haverá inspeção veicular obrigatória e remunerada em toda a frota, feita diretamente pelo CONCEDENTE, ou autorizada à instituições credenciadas pelo mesmo, nos moldes do estabelecido pelas resoluções do CONTRAN e de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e legislação pertinente, em especial a Lei Municipal 6.408/07.

1.6. Programa de Manutenção Preventiva:

Com um programa de manutenção preventiva deve-se elaborar processos de auto ajuste, com base na análise dos dados de manutenção corretiva e primeiros socorros.

1.7. Tripulação dos ônibus:

A tripulação dos ônibus do Sistema deverá contar com motorista e auxiliar (cobrador), ressalvada regulamentação ou alterações referentes ao tema, estabelecidas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2. RELAÇÕES DO TRABALHO:

2.1. Treinamento e Desenvolvimento:

2.1.1. Direção Defensiva:

Consiste em situar o motorista no conjunto via/trânsito, ressaltando a necessidade de tentar prever os acontecimentos pela observação atenta dos comportamentos dos outros motoristas, motociclistas, ciclistas, pedestres, passageiros, animais e outros agentes que fazem parte deste conjunto. Há que se visualizar a responsabilidade do profissional em evitar ou, ao menos, atenuar qualquer ocorrência deletéria. Este treinamento deve ser aplicado periodicamente, havendo também a necessidade de utilização de técnicas variadas para que se garanta a eficiência da mensagem.

2.1.2. Relações com o público:

Explica os princípios básicos do bom relacionamento, as regras de boa conduta e os procedimentos estabelecidos neste sentido. Incute o conceito de usuário como cliente, de acordo com os modernos conceitos de qualidade. Alterna as posições do operador e o usuário para que o ponto de vista deste seja avaliado com mais fidelidade.

2.1.3. Primeiros Socorros:

Treinamento de técnicas úteis de pronto atendimento a pessoas acometidas de males súbitos ou vítimas de acidentes, passíveis de ser aplicadas nas condições usuais de trabalho dos operadores de transporte.

2.1.4. Outros Treinamentos:

Além dos treinamentos básicos, deverão ser dados treinamentos específicos de desenvolvimento organizacional.

2.2. Programa de Redução de Acidentes de Tráfego e Trabalho:

Será formado um grupo com a finalidade específica de avaliar as causas dos acidentes de tráfego, propor ações corretivas e auditar sua aplicação. Este grupo também deverá propor ações de caráter preventivo e atuar de forma contínua. Participarão desse grupo representantes das autoridades de transporte, de trânsito e das operadoras.

3. RELAÇÕES COM O USUÁRIO:

3.1. SAC integrado com a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT:

O Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), estará habilitado a atender, transcrever e encaminhar adequadamente as solicitações dos cidadãos. Além do atendimento direto, deverá possuir conexão com o serviço de atendimento da SMSTT. Disporá de equipamentos atualizados, conforme descrito adiante.

3.2. Internet com homepage:

O SAC deverá possuir endereço na *Internet* para atender a elogios, reclamações, sugestões e perguntas, divulgando dados de desempenho e os mais recentes progressos do sistema, bem como, as planilhas de horários das linhas e seus itinerários, informações sobre formas cadastramento e utilização dos cartões eletrônicos.

3.3. Central de informações 0800:

Possuirá uma linha telefônica para discagem gratuita, de prefixo da série 0800, para atendimento exclusivo às manifestações dos interessados que têm dificuldade de acesso pelas vias normais.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



3.4. Serviço de Perdidos e Achados:

O serviço de perdidos e achados será informatizado, com o cadastramento dos objetos ou volumes e temporização da custódia. O acesso ao banco de dados facilitará a localização do objeto para devolução.

3.5. Jornal do ônibus:

Nos ônibus, no painel atrás do motorista, abaixo do espaço reservado para o conjunto TV/Vídeo, ficará um espaço destinado à fixação do Jornal do ônibus, que veiculará mensalmente, notícias do sistema de transporte da cidade, horários, itinerários, alterações de itinerários e de horários, criação de novas linhas, etc.

3.6. Avaliação popular da qualidade do serviço prestado:

Deverá existir, de modo permanente, avaliação popular da qualidade do serviço prestado, nos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT.

4. RELAÇÕES AMBIENTAIS:

4.1. Em busca da Certificação Ambiental

A operadora deverá adotar um sistema de gestão ambiental que constitua uma parte integrante do gerenciamento total da organização, que reconheça a qualidade de seu desempenho ambiental como um fator-chave para a sua capacidade de prosperar, arquitetando um sistema para identificar, examinar e avaliar, sistematicamente, as mudanças ambientais causadas por aspectos ou elementos de seus produtos, serviços e atividades.

Um sistema de gestão ambiental deve realizar uma política ambiental, com compromissos para o melhoramento contínuo e a prevenção da poluição. Deve cumprir as legislações e regulamentos, estabelecendo metas ambientais que devem ser documentadas, implementadas, mantidas e comunicadas a todos os empregados e ao mesmo tempo disponíveis ao público.

Tanto sob o aspecto operacional dos veículos, como os relativos à garagem, oficinas de manutenção, terminais e postos de controle e fiscalização, deverá evitar poluir o ambiente e preservar a sua qualidade de vida.

4.2. Inspeção anti-poluição:

A operadora deverá disponibilizar opacímetro, aparelho que mede a emissão de material particulado com rapidez e precisão, permitindo um controle rápido e eficaz, que pode ser aplicado em manutenção preventiva e corretiva e nas fiscalizações sobre a frota, realizadas pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT.



ANEXO VI

DO SISTEMA DE TRANSPORTE INTEGRADO EM RIO GRANDE

Este anexo refere-se ao **SISTEMA INTEGRADO DO TRANSPORTE COLETIVO** no município do Rio Grande e traça metas a serem atingidas para sua evolução, bem como do comprometimento da Licitante vencedora no que tange a adequação da frota de ônibus, e dos equipamentos de bilhetagem eletrônica necessários ao seu perfeito funcionamento.

1. SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO

O Sistema Integrado do Transporte Coletivo objetiva a racionalização da rede de transporte coletivo, tornando-a eficiente no atendimento da população quanto ao conforto e mobilidade desejados.

O Sistema Integrado de Transporte Coletivo promove a integração tarifária, através do cartão da bilhetagem eletrônica, integrando todas as linhas existentes, propiciando ao usuário o deslocamento em mais de um itinerário, no mesmo sentido, pagando uma única tarifa.

2. ESTRUTURA OPERACIONAL DO SISTEMA

O Sistema Integrado do Transporte Coletivo do município do Rio Grande tem como meta a introdução do paradigma BRT – Bus Rapid Transit e rede troncalizada de transporte, a ser operada com linhas alimentadoras e troncais, em conformidade com a evolução e disponibilidade da infra-estrutura a ser implantada pela municipalidade (EPIs – Estações Principais de Integração, vias e canaletas exclusivas). Esta opção de rede troncalizada alicerça-se no conceito de deslocamento em mais de um trecho, com transbordo, ou seja, pode-se iniciar a viagem em determinada linha e dar continuidade a ela, em uma segunda ou terceira linha, sem nova tarifação, dentro de um prazo temporal definido pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, conforme a matriz de integração das linhas alimentadoras para as troncais e vice-versa. Os conceitos de embarque em nível, ônibus de grande capacidade no sistema tronco, velocidade operacional elevada, grande mobilidade disponível para o usuário, estações pré-tarifadas, devem ser introduzidos em etapas que garantam seu conjunto e coerência.

O Sistema poderá ser suplementado com algumas linhas diretas, concentradas em horários de grande demanda, conectando as EPIs – Estações Principais de Integração, permitindo, também, a integração com o restante das linhas alimentadoras ou troncais.

A Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT poderá, mediante interesse público, introduzir evoluções ou alterações na operação atual.

A Concessionária procederá as adequações de frota, modificando o perfil da mesma e introduzindo veículos articulados, em conformidade com o estabelecimento das etapas de implantação, por parte da SMSTT.

Ressaltasse que o Sistema de Transporte Coletivo Integrado do município do Rio Grande não propõe qualquer interferência sobre a titularidade da operação do Sub-sistema 01 – Parque Marinha - de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Setor Sudoeste do Município do Rio Grande), que já possui Operadora licitada e área de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



atuação definida, devendo ser mantida a integração do mesmo com o sistema ora licitado, sem qualquer ônus aos usuários.

3. DESCRIÇÃO DA INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA

A cobrança da tarifa é procedida eletronicamente, internamente nos veículos, através do sistema *Smart Card*, ou em pagamento em moeda corrente pelo usuário.

A utilização do cartão possibilita que o usuário viaje, efetuando transbordos entre linhas ou segmentos de linhas, dentro de um espaço de tempo e sequência de transbordos definidos pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, dispendendo com isso, uma única tarifa, ou nos casos específicos, dispendendo adicionalmente um complemento reduzido de tarifa.

No caso de utilização de estações de transbordo pré-tarifadas, as validadoras eletrônicas serão implantadas nas portarias de ingresso das mesmas.



ANEXO VII

DA PLANILHA TARIFÁRIA

O modo de cálculo da tarifa do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande será feito ao longo de toda a vigência do Contrato de Concessão, com base na planilha de cálculo modelo GEIPOT.

A referida planilha tarifária segue a estruturação básica, do manual: “Cálculo de Tarifas de ônibus Urbanos; Instruções Práticas Atualizadas - Ministério dos Transportes, GEIPOT, 2º Edição, 1996, BRASIL”.

O manual acima citado é resultado das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 644/MT de 09 de julho de 1993, do Ministério dos Transportes, que teve como objetivo elaborar metodologia de cálculo de tarifa de ônibus urbano, orientadora dos municípios brasileiros.

O manual referido explana as especificidades e minúcias da metodologia de cálculo e para todos os efeitos deve ser considerado parte integrante da planilha tarifária como se aqui estivesse transcrito.

A Planilha Tarifária acompanhará a evolução tecnológica dos veículos, a atualização dos equipamentos, métodos e processos, em conformidade com o balizamento do Ministério dos Transportes/GEIPOT.

A tarifa poderá vir a ser calculada seguindo regulamentação própria do Concedente, respeitando os parâmetros definidos na planilha modelo GEIPOT.

A tarifa distrital será determinada pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.

Seguem anexos a planilha tarifária atual, o Decreto Municipal que estabelece as tarifas vigentes e a Declaração do DAER fixando as tarifas distritais vigentes.



ANEXO VIII

CONTRATO DE CONCESSÃO

MINUTA

CONTRATO DE CONCESSÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, EM LINHAS REGULARES, NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A EMPRESA.....
.....

CONTRATO DE CONCESSÃO, que fazem entre si, de um lado o Município do Rio Grande, inscrito no C.N.P.J. sob nº 88.566.872/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Fábio de Oliveira Branco, doravante denominado CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei nº 5.602, de 22 de janeiro de 2002 e, de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por seu Representante Legal....., doravante denominada CONCESSIONÁRIA, na forma das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente Contrato é a Outorga de **Concessão destinada à Execução do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande, compreendendo toda sua extensão territorial** (excetuada pela área compreendida pelo Sub-sistema 01 – Parque Marinha - de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Setor Sudoeste do Município do Rio Grande), em conformidade com a Concorrência Pública nº 004/2011.

1.1. A prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, compreenderá a disponibilização, mobilização, operação, conservação, limpeza, manutenção e reposição dos veículos, equipamentos, instalações e outros, além da comercialização e recarga de cartões do sistema de bilhetagem eletrônica, conforme especificado no Edital da Concorrência Pública nº 004/2011 e seus Anexos, atendendo às necessidades de transporte da comunidade, em conformidade com o crescimento e a dinâmica do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2. Aplicam-se a este Contrato as Leis Federais de nºs 8.666/93 e 8.987/95, bem como as Leis Municipais nº 5.602/02 e 6.408/07 e demais leis pertinentes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.1. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, o Instrumento Convocatório - Edital de Concorrência Pública nº 004/2011 e todos os seus Anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3. A CONCESSIONÁRIA, deverá executar o serviço previsto na Cláusula Primeira deste Contrato pelo prazo de dez anos, prorrogáveis por igual período, a contar da data de início da operação.

3.1. No caso de prorrogação do contrato, a Concessionária, além de se obrigar a manter as condições de frota ofertada para a operação, deverá recolher ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, valor oferecido pela outorga da Concessão, nos termos do item 5.1. b, deste Edital, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, ou outro que venha a substituí-lo.

3.2. O prazo para início da operação do serviço, objeto do presente Contrato é às 00:00 do dia 22/01/2012, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 004/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONCESSÃO

4. A Concessão é outorgada em caráter personalíssimo, inalienável, impenhorável, incomunicável e intransferível, excetuados os casos previstos na legislação específica.

4.1. É vedada a subconcessão.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, urbanidade, higiene, moralidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

5.1. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

5.2. O Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande, compreendendo toda sua extensão territorial (excetuada pela área compreendida pelo Sub-sistema 01 de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, Parque Marinha/Jardim do Sol, no Setor Sudoeste do Município do Rio Grande), deverá ser inicialmente operado a partir das Linhas descritas nas planilhas do Anexo II, do Instrumento Convocatório, que integra este contrato, com seus itinerários, horários e frequências.

5.3. Deverão ser cumpridos integralmente, desde o primeiro dia de operação, os itinerários, horários, frequências e demais especificações assentados nas planilhas acima citadas, que não poderão ter suas especificações reduzidas, salvo alterações determinadas pelo CONCEDENTE.

5.4. O CONCEDENTE reserva para si o direito de proceder modificações, acréscimos, aglutinações, desmembramentos, nas linhas e suas especificações, visando o atendimento de demandas oriundas da população e o melhor desempenho do Serviço, na forma do regramento legal, não ensejando qualquer pretensão à indenização por parte do CONCESSIONÁRIA decorrente de alterações introduzidas.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



5.5. Desde o início da operação a Concessionária se obriga a manter, na totalidade da frota de ônibus utilizada no serviço público de transporte coletivo de passageiros no município do Rio Grande, o Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico e Integrado, já implantado.

a) A Concessionária deverá proceder, também, a instalação do sistema fixo de coleta e processamento de dados do sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico, às suas expensas, o qual será localizado dentro das instalações da própria Concessionária, no que tange ao descarregamento dos dados dos ônibus; localizado nos variados pontos do sistema viário da cidade, no que tange ao controle de horários e frequências; e junto a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, no que refere a terminal de consulta e fiscalização *on line*.

b) Deverá a concessionária disponibilizar ponto de recarga de crédito e através do site a recarga de vale-transporte e cartões estudantis, sendo a recarga feita a bordo dos validadores existente nos veículos.

c) A Concessionária será obrigada a adquirir e manter todos os hardwares e softwares (servidores, computadores, periféricos) necessárias a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, compatível com o já implantado no município.

5.6. A Concessionária se obriga a manter Sistema Integrado do Transporte Coletivo do município do Rio Grande, possibilitando que o usuário, utilizando o cartão de bilhetagem eletrônica, realize mais de um itinerário no mesmo sentido pagando uma única tarifa, procedendo as adequações de frota, modificando o perfil da mesma e introduzindo veículos articulados, em conformidade com o estabelecimento das etapas de implantação, por parte da SMSTT.

CLÁUSULA SEXTA - DAS TARIFAS

6. As tarifas serão fixadas na forma prevista nas planilhas de cálculo tarifário para ônibus, conforme modelo da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT (Anexo VII - “Planilha Tarifária” do Instrumento Convocatório), fundamentada na metodologia elaborada pelo Ministério dos Transportes – GEIPOT, ou outra que venha substituí-la.

6.1. Pela prestação do serviço concedido, a CONCESSIONÁRIA tem o direito de cobrar do usuário a obrigação de pagar-lhe a tarifa de acordo com os valores decretados pelo CONCEDENTE.

6.2. São três os tipos distintos de tarifas praticadas inicialmente: TARIFA GERAL, TARIFA ESTUDANTIL e TARIFA SELETIVA.

6.3. O quadro tarifário atual é o seguinte:

- | | |
|---------------------|---|
| - Tarifa Geral | R\$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) |
| - Tarifa Estudantil | R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) |
| - Tarifa Seletiva | R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) |
| - Tarifa Distrital | Determinada pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER. |

6.3.1. A Tarifa Geral é a resultante da aplicação do método de cálculo avençado e mais a devida conversão de “créditos” estudantil utilizada em tarifa geral, para cômputo do número de passageiros transportados, que é cobrada de todo o usuário, sem abatimento e/ou desconto, que não se enquadrar no benefício das tarifas estudantil e mais os isentos por Lei vigente.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



6.3.2. A tarifa estudantil corresponde a cinquenta por cento de abatimento do valor da tarifa geral, nos termos da legislação vigente.

6.3.3. A tarifa Distrital é aquela determinada pelo DAER, para atendimento das linhas distritais do Município.

6.3.3. A tarifa seletiva é aquela praticada nos serviços descritos no VI, do art. 4º da Lei Municipal 5.602/02.

6.3.4. Fica isento de pagar a tarifa do serviço o menor de até cinco anos de idade, devendo o mesmo embarcar no ônibus em companhia dos pais ou responsável. A CONCESSIONÁRIA tem o direito de exigir a comprovação da idade.

6.4. É assegurado o direito às partes contratantes de promoverem a revisão das tarifas vigentes, a qualquer tempo, para mais ou para menos, quando houver a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro da atividade, adequado à Planilha Tarifária conforme Anexo VII do Instrumento Convocatório integrante deste Contrato, que será encaminhado ao Prefeito Municipal, ouvido o Conselho Consultivo de Transportes e Trânsito, ou outro que venha a substituí-lo na forma da Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7. A título de garantia para execução do objeto contratado deverá ser apresentada anualmente a importância R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ficando a modalidade a critério da Concessionária, desde que observado o disposto no art. 56 de Lei 8.666/93. A garantia será realizada em até trinta dias após a assinatura do presente Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, somente será aceita pela Concedente só o banco expressamente renunciar ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

8. O CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA se obrigam a cumprir fielmente os direitos e obrigações, previstos neste Contrato, no Instrumento Convocatório da Concorrência Pública nº 004/2011 e seus Anexos, bem como na legislação pertinente.

8.1. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada:

8.1.1. A remeter mensalmente à SMSTT planilha de movimento de passageiros transportados e os demais relatórios indicadores dos resultados operacionais, nos termos das condições específicas expedidas pelo CONCEDENTE;

8.1.2. A manter o serviço de transporte de passageiros em caráter permanente, sem outras interrupções que as permitidas pelo horário que for estabelecido pelo CONCEDENTE e dentro dos itinerários pelo mesmo fixados;

8.1.3. A atender plenamente as necessidades da população, mantendo em tráfego o número de veículos que se fizer necessário, a critério do CONCEDENTE, dentro das mais estritas condições de segurança, conforto e asseio;

8.1.4. A mobilizar, em caso de qualquer aglomeração extraordinária da população, em qualquer local dentro da área de abrangência concedida, veículos de reserva que façam o serviço de transporte sem prejuízo das linhas e horários habituais;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



8.1.5. A submeter-se a todas as determinações e modificações introduzidas nos itinerários fixados, se convenientes aos interesses da população, com justificação dos motivos determinantes das modificações;

8.1.6. A manter o número de veículos compatíveis com a demanda dos serviços, a critério do CONCEDENTE, em boas condições técnicas, sujeitando-se a exame prévio e aprovação, pelo CONCEDENTE, bem como a vistorias permanentes, sempre que o CONCEDENTE entender oportunas;

8.1.7. A atender as especificações, inclusive de idade, conforme estipulado no Anexo I do Instrumento Convocatório;

8.1.8. A acatar as determinações do CONCEDENTE no tocante ao mínimo de viagens consideradas necessárias ao atendimento de cada linha;

8.1.9. A manter os veículos utilizados na operação emplacados no Município do Rio Grande;

8.1.10. A pagar os impostos e taxas incidentes na forma da legislação tributária municipal;

8.1.11. A cumprir as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN e o regramento legal de trânsito e transportes das demais esferas pertinentes;

8.1.12. A responder, por si ou seus prepostos, pelos danos causados à União, ao Estado e ao Município, ou a terceiros, comprometendo-se a acatar as leis e regulamentos, quer existentes, quer futuros;

8.1.13. A executar o serviço ora concedido, de maneira satisfatória e de acordo com as determinações do CONCEDENTE.

8.1.13.1. O serviço concedido ficará sob direta fiscalização do CONCEDENTE que, para este fim, usará de todos os recursos permitidos em lei.

8.1.13.2. Nenhuma responsabilidade caberá à CONCESSIONÁRIA se for obrigada a cessar o trânsito por motivo de greve de seu pessoal ou por motivos oriundos de calamidade pública;

8.1.13.3. As linhas e horários executados podem ser ampliados, diminuídos, modificados, aglutinados, desmembrados pelo CONCEDENTE e a requerimento da CONCESSIONÁRIA.

8.1.14. A executar o serviço com veículos, do tipo ônibus, em conformidade com o especificado no Anexo I do Instrumento Convocatório, e em perfeitas condições técnicas que permitam o transporte a que se vinculou por este ato concessivo, atendendo, entre outros, requisitos de segurança, conforto, eficiência, mantendo os mesmos devidamente conservados e em funcionamento, substituindo aqueles que desatendam as exigências do CONCEDENTE e das normas de engenharia de tráfego e trânsito.

8.1.15. A implantar Sistema de Bilhetagem e Gerenciamento Eletrônico Automático e Integrado, compatível com o sistema já implantado, em conformidade com o especificado no Anexo IV do Instrumento Convocatório.

8.1.16. A atender plenamente os requisitos ofertados e exigidos no Instrumento Convocatório, mantendo as condições exigidas durante todo o período contratual.

8.1.17. A atender plenamente os requisitos ofertados e exigidos no Instrumento Convocatório, mantendo as condições exigidas durante todo o período contratual.

8.1.18. A colocar veículos em número suficiente em cada linha para evitar excessos de passageiros, nos horários de maior demanda, observando o limite da legislação pertinente.

8.1.19. Sempre que solicitado formalmente pelo CONCEDENTE o cumprimento de novos, roteiros, extensões ou horários e a CONCESSIONÁRIA não executá-las dentro de prazo máximo compatível com a solicitação, será considerada violação contratual grave.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



8.1.20. O desenvolvimento da operação do serviço por parte da CONCESSIONÁRIA dar-se-á a qualquer hora do dia ou da noite, segundo as determinações específicas do CONCEDENTE.

8.1.21. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nos serviços concedidos de que trata este Contrato, a legislação social pertinente, especialmente as obrigações da legislação trabalhista e previdenciária, nenhum vínculo ou responsabilidade existindo para com o CONCEDENTE.

8.1.22. Os empregados da CONCESSIONÁRIA, encarregados dos serviços internos dos veículos, deverão andar sempre asseados e uniformizados e tratar os passageiros com delicadeza e urbanidade.

8.1.23. A Concessionária deverá efetuar desde o início da operação, a **absorção de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da mão-de-obra utilizada na operação de transporte coletivo existente no Município do Rio Grande, pelo período mínimo de 1 (um) ano, excetuadas as demissões por justa causa.**

8.1.24. A Concessionária deverá comprovar, para dar início à operação, a **aquisição dos Bens Reversíveis da operação de transporte coletivo existente no Município do Rio Grande, o recolhimento do valores devidos, à(s) respectiva(s) operadora(s) anterior(es), na forma prevista no Inventário dos Bens Reversíveis – Anexo XI do Instrumento Convocatório.**

8.2. São direitos do CONCEDENTE:

8.2.1. Efetuar as modificações e ajustes no **Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros, por ônibus, em Linhas Regulares, no Município do Rio Grande** referentes, entre outros, a:

8.2.1.1. Modificações, acréscimos ou reduções nos itinerários das linhas;

8.2.1.2. Integração física, institucional, tarifária, de linhas entre elas ou destas com outras modalidades de transporte;

8.2.1.3. Acréscimo ou redução de horários, remanejamento de veículos entre as linhas e respectivos horários de circulação;

8.2.1.4. Utilização de espaços internos ou externos dos veículos, abrigos, equipamentos e outros que venham a ser agregados ou envolvidos na presente Concessão, com exclusividade pelo CONCEDENTE, para exploração de publicidade comercial e ou institucional, sendo em caso de publicidade comercial, os valores arrecadados recolhidos ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte - FMTT;

8.2.1.5. Eventual modificação na forma de remuneração, ressalvada justa arrecadação da CONCESSIONÁRIA nos termos legais vigentes.

8.2.1.6. Fica reservado ao CONCEDENTE o direito de fiscalizar o serviço a cargo da CONCESSIONÁRIA e o estado dos respectivos veículos, não somente para verificar se este Contrato está sendo fielmente cumprido, mas também na defesa da segurança e comodidade dos usuários.

8.2.1.7. Fica assegurado ao CONCEDENTE, além dos direitos fixados neste instrumento, o de examinar a escrituração da CONCESSIONÁRIA, a qual, para tanto, colocará à disposição os resultados contábeis, dados estatísticos e quaisquer outros elementos que se lhe solicite, para fins de controle e fiscalização.

8.2.1.7.1. A fiscalização a que se refere a presente Cláusula fica afeta a servidores do CONCEDENTE, devidamente credenciados, aos quais a CONCESSIONÁRIA proporcionará todas as facilidades que, para esse efeito, se tornem necessárias, assegurando-lhes especialmente, a todo tempo, livre acesso aos veículos, escritórios, oficinas, garagens e



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



quaisquer outras instalações ligadas ao serviço concedido, obrigando-se a fornecer-lhes os dados e elementos necessários, para fiel desempenho das funções.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

9. A CONCESSIONÁRIA submeterá seus veículos às vistorias periódicas na forma da Lei e atenderá às convocações extraordinárias para vistoria, sempre que se fizer necessário, a critério do CONCEDENTE.

9.1. O CONCEDENTE poderá fiscalizar o(s) veículo(s) e a documentação da CONCESSIONÁRIA em qualquer local e hora onde o(s) mesmo(s) se encontre.

9.2. A CONCESSIONÁRIA cumprirá, rigorosamente, as normas de conduta estipulada no Regulamento, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação complementar, inclusive os Decretos municipais.

9.3. Se A CONCESSIONÁRIA na execução do Serviço deixar de atender os requisitos contidos na Cláusula Quinta deste Contrato, poderá, a juízo do CONCEDENTE, ter sua Concessão revogada.

9.4. O CONCEDENTE pode a qualquer tempo revogar a Concessão sem sujeitar-se a qualquer tipo ou fórmula de indenização, em caso de inobservância de qualquer cláusula contratual pela CONCESSIONÁRIA.

9.5. Em caso de rescisão do presente Contrato, antes de seu término, por parte da CONCESSIONÁRIA licitante vencedora, fica ela sujeita ao pagamento de multa contratual, a ser recolhida ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) mais multa-dia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) referente ao prazo faltante para o término do Contrato ajustado, devidamente corrigidos, desde a data da assinatura do Contrato.

9.6. A CONCESSIONÁRIA se obriga a cumprir todos os requisitos ofertados e exigidos nas Condições Organizacionais Básicas, descritas no Anexo V do Instrumento Convocatório, a contar da data de início da data de início da operação do Contrato de Concessão, sob pena de multa diária de até vinte por cento sobre o faturamento bruto diário, até o suprimento da condição ofertada e exigível, e em persistindo a irregularidade podendo o Poder Público determinar a cassação da Concessão.

9.7. A CONCESSIONÁRIA se obriga a cumprir os demais requisitos ofertados e exigidos no Instrumento Convocatório e seus Anexos, que integram o presente Contrato, especialmente os referentes à condição de frota, condição de garagem e equipamentos, cumprimento dos prazos, cumprimento dos recolhimentos devidos, sob pena de multa diária de 20% (vinte por cento) sobre o faturamento bruto diário, até o suprimento da condição ofertada e exigível, e em persistindo a irregularidade podendo o Poder Público determinar a cassação da Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

10. A insolvência civil da CONCESSIONÁRIA extingue a Concessão por caducidade do direito.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GENERALIDADES

11. A CONCESSIONÁRIA, de livre vontade, concorda com todos os termos do presente Contrato de Concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande, em todos os seus termos, obrigando-se a fielmente cumpri-lo.

11.1. Os direitos e obrigações do CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são regulados pelo presente instrumento de Concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande regulamentos e instruções em vigor ou que venham a vigorar, desde que sobre o objeto da presente Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca do Rio Grande, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as dúvidas e questões resultantes ou relativas ao presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Rio Grande, de de 2011.

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

CONCESSIONÁRIA

Testemunhas:

Nome:

Nome:



ANEXO IX

MODELOS DE FORMULÁRIOS E DECLARAÇÕES

Todas as declarações e formulários integrantes da proposta da Licitante deverão ser preenchidos em papel timbrado da empresa, em conformidade com os modelos de formulários e declarações deste anexo, conforme segue:

MODELO 01 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

MODELO 02 - DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE DA LICITANTE PESSOA JURÍDICA À CONDIÇÃO DE CONCESSIONÁRIA

MODELO 03 - TERMO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

MODELO 04 - DECLARAÇÃO DE EMPRESA LÍDER DE CONSÓRCIO

MODELO 05 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO, DE QUE CASO SEJA VENCEDORA, MANTERÁ ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

MODELO 06 – TERMO DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO DE GARAGEM NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

MODELO 07 - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO AUTOMÁTICO E INTEGRADO.

MODELO 08 - TERMO DE COMPROMISSO DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DA ATUAL OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO.

MODELO 09 – TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS DA ATUAL OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO.

MODELO 10 - DESCRIÇÃO DE FROTA OFERTADA PARA EXERCÍCIO DO SERVIÇO.

MODELO 11 – VALOR OFERTADO PARA OUTORGA DA CONCESSÃO.

Obs: Todas as Declarações solicitadas deverão vir datadas e assinadas pelo representante legal da Licitante, com assinatura reconhecida em Cartório.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 01 - ENVELOPE Nº 01

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos da Concorrência Pública nº 004/ 2011, objetivando a **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que não pesa contra esta empresa Declaração de Inidoneidade por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo.

Rio Grande,.....de.....de 2011.

Razão social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 02 - ENVELOPE Nº 01

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE
DA LICITANTE PESSOA JURÍDICA À CONDIÇÃO DE
CONCESSIONÁRIA**

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos da Concorrência Pública nº 004/ 2011, objetivando a **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que não possuímos Servidor Público Municipal, assim considerados aqueles classificados no Art. 84, "caput" e parágrafo 1.º da Lei n.º 8.666/93, tanto como membro da diretoria da empresa, ou como integrante do quadro de funcionários desta, atendendo o que determina o Art. 9.º inciso III da Lei n.º 8.666/93.

Rio Grande,.....de.....de 2011.

Razão social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 03 - ENVELOPE Nº 01

DECLARAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO COM A FINALIDADE ESPECÍFICA DE OPERAR O TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Declaramos, perante a comissão encarregada desta licitação designada à **Concorrência Pública nº 004/2011** para a **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, sob pena de inabilitação, que nós abaixo caracterizadas constituímos consórcio com a finalidade específica de operar o transporte coletivo acima citado, nos termos deste edital, nomeando empresa líder do consórcio, a qual tem plenos poderes para representar o consórcio perante todos os atos referentes a este certame. Declaramos, ainda, as cotas percentuais de participação de cada empresa integrante do consórcio.

Obs: O somatório de todas as cotas percentuais aqui declaradas deve totalizar 100%.

Rio Grande, ____ de _____ de 2011.

Denominação do consórcio: _____

Empresa líder do consórcio:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ Cota de participação: _____%

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



Demais empresa integrantes do consórcio:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ Cota de participação: _____%

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ Cota de participação: _____%

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ Cota de participação: _____%

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ Cota de participação: _____%

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 04 - ENVELOPE Nº 01

DECLARAÇÃO DE EMPRESA LÍDER DE CONSÓRCIO COM A FINALIDADE ESPECÍFICA DE OPERAR O TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos da Concorrência Pública nº 004/2011, objetivando a **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que somos a EMPRESA LÍDER do consórcio abaixo citado e nos responsabilizamos pela manutenção das condições ofertadas pelo consórcio, avalizando-as, bem como, caso o consórcio que lideramos venha a ser proponente classificado, nos responsabilizamos pelo fiel cumprimento dos termos contratuais e do regramento legal, respondendo perante o Poder Público pelos atos, condições e compromissos assumidos pelo Consórcio, vinculados ao objeto contratado de que trata este Edital.

Rio Grande, ____ de _____ de 2011.

Denominação do consórcio: _____

Empresa líder do consórcio:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 05 - ENVELOPE Nº 01

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE INSTALAÇÃO DE
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**

Declaramos, sob a pena de inabilitação, que caso sejamos vencedores do procedimento licitatório, instalaremos, em até trinta dias após a assinatura do Contrato de Concessão, escritório administrativo no município do Rio Grande, para atendimento dos contatos, fiscalização de documentos e atendimento das necessidades do poder concedente inerentes à relação contratual da **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, objeto desta licitação, Concorrência Pública nº 004/2011, mantendo o mesmo durante a totalidade do desenvolvimento do prazo contratual.

Rio Grande,.....de.....de 2011.

Razão social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



MODELO 07 - ENVELOPE Nº 01

TERMO DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE BILHETAGEM E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E INTEGRADO COMPATÍVEL COM O EXISTENTE NO MUNICÍPIO

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos da Concorrência Pública nº 004/2011, objetivando a **Concessão do para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que nos comprometemos a implantar, antes do início da operação, sistema de bilhetagem e gerenciamento eletrônico e integrado, compatível ao já implantado no município, validando todos os cartões emitidos, bem como recebendo os créditos existentes nos mesmos, nos moldes do especificado no Anexo IV deste Edital, sujeito as penas do Edital e seus Anexos, em caso de descumprimento.

Rio Grande, de de 2011.

Razão Social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 08 - ENVELOPE Nº 01

TERMO DE COMPROMISSO DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DA ATUAL OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO

Declaramos, sob as penas da Lei, nos termos da Concorrência Pública nº 004/2011, visando a **Outorga da Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que absorveremos pelo período mínimo de um ano, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da mão-de-obra atualmente utilizada na operação de transporte coletivo concedido, no município do Rio Grande, excetuadas as demissões por justa causa, na forma prevista neste edital de licitação.

Rio Grande,.....de.....de 2011.

Razão social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 09 - ENVELOPE Nº 01

TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS DA ATUAL OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO

Declaramos, sob as penas da Lei, nos termos da Concorrência Pública nº 004/2011, visando, visando a **Outorga da Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que nos comprometemos a adquirir os bens reversíveis da atual operação de transporte coletivo no município do Rio Grande, indenizando as atuais empresas operadoras, na forma prevista no Inventário dos Bens Reversíveis – Anexo XI, do presente Edital.

Rio Grande,.....de.....de 2011.

Razão social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 10 - ENVELOPE Nº 02

DESCRIÇÃO DA FROTA OFERTADA PARA EXERCÍCIO DO SERVIÇO

Declaramos, perante a Comissão de Licitação designada para a Concorrência Pública nº 004/2011 para a **Concessão para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande**, que disponibilizaremos para início de operação e manteremos em atividade, passível de averiguação e vistoria por parte da Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito - SMSTT, sob pena de desclassificação da proposta, ou de rescisão contratual, se for o caso, a frota de veículos abaixo listados, em conformidade com as características e especificações abaixo descritas, e respeitadas as **características e quantidades mínimas dos veículos “ÔNIBUS PADRÃO RIO GRANDE” e “ÔNIBUS LEVE RIO GRANDE” constantes no Anexo I**, ficando estes veículos ofertados para início do serviço conforme regramento deste Edital e seus Anexos, sendo possível a sua substituição somente por veículos mais novos, devidamente autorizada pela SMSTT:

Obs.: - Preencher todos os campos para atender o número mínimo de veículos, exigidos para execução dos serviços (118 ônibus PADRÃO “RIO GRANDE” e 12 ônibus LEVE “RIO GRANDE”), e para efeitos de pontuação, atendendo o regramento no Anexo I do Edital, sob pena de desclassificação.

- A idade do veículo se refere ao ano de fabricação do chassi do veículo.
- Citar o comprimento em “m”(metros).

Rio Grande, de de 2011.

Razão Social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 10 (CONTINUAÇÃO) - ENVELOPE Nº 02

DESCRIÇÃO DA FROTA OFERTADA PARA EXERCÍCIO DO SERVIÇO

-Preencher tantos formulários MODELO 10 (CONTINUAÇÃO) quantos forem necessários, numerando cada ônibus, de 01 a 130 até atingir a quantidade mínima exigível.

Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)
Ônibus nº _____	_____	_____	_____
	Comprimento (m)	Idade do veículo (anos)	Veículo (preencher Ônibus Padrão ou Ônibus Leve)

Razão Social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



MODELO 11 - ENVELOPE Nº 02

PROPOSTA DE VALOR DE OUTORGA ONEROSA DA CONCESSÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, EM LINHAS REGULARES, NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

Declaramos, sob as penas da Lei e nos termos da Concorrência Pública nº 004/2011, para efeito de classificação do item 5.1.b. do Edital, que vimos a ofertar o valor abaixo discriminado visando a **Outorga para execução do serviço público de transporte coletivo de passageiros, por ônibus, em linhas regulares, no município do Rio Grande.**

Observações:

O proponente deverá ofertar seu lance no campo destinado ao “VALOR OFERTADO PARA OUTORGA DE CONCESSÃO”, preenchendo o valor ofertado em REAIS, na forma de numeral e também por extenso, sendo o limite mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e o limite máximo de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), nos termos do 3.1. do Anexo X do Edital, para a Concessão disputada, a ser recolhido ao Fundo Municipal de Trânsito e Transporte – FMTT, antes da assinatura do Contrato de Concessão.

VALOR OFERTADO PARA OUTORGA DE CONCESSÃO
Valor ofertado R\$ (preencher em numeral e por extenso)

*** Em havendo divergências entre o numeral e o valor por extenso, prevalecerá o valor escrito por extenso.**

Razão Social da Licitante: _____
(e denominação do consórcio que integra se for o caso)

C.N.P.J.: _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE
(A assinatura deve ser reconhecida em Cartório)



ANEXO X

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

1. Cálculo da Pontuação Total (PTot)

1.1. A Pontuação Total (PTot) é resultante da combinação entre os quesitos técnicos e o valor de outorga para exercício da concessão, computados conforme o exposto na fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação Total (PTot)} = \text{Pontuação Técnica (PTec)} + \text{Pontuação do Valor Ofertado (PVO)}$$

1.2. Para todos os cálculos serão consideradas duas casas decimais, utilizando-se o princípio matemático de cálculo numérico denominado “truncamento”, ou seja, desprezando-se qualquer valor após a segunda casa decimal.

2. Cálculo da Pontuação Técnica (Ptec)

2.1. A Pontuação Técnica (PTec) é resultante da combinação entre os quesitos: **Pontuação da Condição de Frota (PCF)** e **Pontuação de Experiência na Atividade (PEA)**, computados conforme o exposto na fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação Técnica (PTec)} = (\text{PCF}) + (\text{PEA})/2$$

2.2. Cálculo da Pontuação de Condição da Frota (PCF).

2.2.1. Para cada veículo proposto, segundo as informações declaradas pela proponente no formulário MODELO 10 do Anexo IX, para a formação da frota mínima disponível na data de início da operação, conforme item 4.5 do Anexo I, será atribuída a pontuação conforme os critérios da tabela abaixo:

Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Pontuação	100	90	85	80	75	65

Idade	2005	2004	2003	2002	2001	< 2001
Pontuação	55	45	30	20	10	0

2.2.2. Para a pontuação deste item será considerado o ano-modelo do chassi.

2.2.3. A pontuação obtida para cada veículo, conforme o que prevê o item 2.2.1., será resultado do enquadramento na tabela de idades, devendo ser atendidas as demais condições estabelecidas no Anexo I, para os mesmos, considerando-se as singularidades de cada grupo de classificação (Ônibus Padrão Rio Grande e Ônibus Leve Rio Grande).

2.2.4. A pontuação total neste item (PCF) será dada pela média aritmética da pontuação de cada um dos cento e trinta veículos necessários para composição da frota. O limite máximo de pontos neste quesito (PCF) é de 100 (cem) pontos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.2.5. Não serão considerados para efeito de pontuação, os veículos em quantidade excedente da estabelecida como a necessária para cada grupo, segundo o estabelecido no Anexo I do Edital. De outra parte, o oferecimento de quantidade aquém daquela estabelecida no Anexo I do Edital, implica na desclassificação da Licitante.

2.2.6. A critério da Licitante poderão ser utilizados os veículos relacionados como bens reversíveis descritos no Anexo XI, cuja aquisição total é obrigatória, nos termos do item 4.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA, alínea “d” do presente Edital, e assim optando, tais veículos serão pontuados, nos termos do item 2.2.1 e 2.2.5, no que couber e integrarão a frota para execução dos serviços.

2.3. Cálculo da Pontuação de Experiência na Atividade (PEA).

2.3.1. Este quesito tem como valor máximo o total de 100 (cem) pontos, para avaliação da experiência da proponente na operação do serviço de transporte coletivo por ônibus, a contar do ano de 2000, inclusive, nas modalidades: urbano, rodoviário e de fretamento, proporcional ao tempo de atuação na atividade e ponderada pelo número de carros utilizados, conforme tabela abaixo:

2.3.1.1. Neste quesito independentemente do tipo de atividade, a soma do tempo de atuação será considerada no período máximo de dez anos e um dia, a contar do ano de 2000, inclusive.

ATIVIDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO									
	Até 2 anos	2 anos e 1 dia até 3 anos	3 anos e 1 dia até 4 anos	4 anos e 1 dia até 5 anos	5 anos e 1 dia até 6 anos	6 anos e 1 dia até 7 anos	7 anos e 1 dia até 8 anos	8 anos e 1 dia até 9 anos	9 anos e 1 dia até 10 anos	10 anos e 1 dia ou mais
Serviço Urbano Regular	10 pontos	20 pontos	30 pontos	40 pontos	50 pontos	60 pontos	70 pontos	80 pontos	90 pontos	100 pontos
Serviço Rodoviário	5 pontos	10 pontos	15 pontos	20 pontos	25 pontos	30 pontos	35 pontos	40 pontos	45 pontos	50 pontos
Serviços de Fretamento	3 pontos	6 pontos	9 pontos	12 pontos	15 pontos	18 pontos	21 pontos	24 pontos	27 pontos	30 pontos

2.3.2. A pontuação obtida através do tempo de experiência será multiplicada por um coeficiente (n) indicativo da quantidade de veículos utilizados nas atividades da licitante:

- * abaixo de 10 ônibus n = 0,3
- * de 11 de 30 ônibus n = 0,5
- * de 31 a 50 ônibus n = 0,7
- * de 51 a 80 ônibus n = 0,8
- * de 81 a 100 ônibus n = 0,9
- * acima de 100 ônibus n = 1,0

2.3.3. A pontuação deste item levará em conta exclusivamente os dados contidos nos Atestados indicados no item 4.4.e. deste Edital, apresentados pela proponente.

2.3.3.1. Na hipótese de descontinuidade temporal na prestação do serviço de transporte, considerar-se-á o somatório do tempo de duração de cada contrato dentro da respectiva modalidade de transporte, sempre observando-se o número de frota utilizada e o que consta no item 2.3.1.1.

2.3.3.2. Nos períodos concomitantes de atestados de experiência de atividade, será considerado apenas uma das experiências de atividade, sempre aquela que resultar em maior pontuação.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



2.3.3.3. Para o caso de consórcio licitante, a pontuação do tempo de atuação na atividade, computável conforme as tabelas acima, trata-se da soma da pontuação dos tempos de atuação na atividade de cada empresa integrante do consórcio, multiplicado pelo respectivo coeficiente (n) indicativo da quantidade de veículos utilizados na atividade.

3. Cálculo da Pontuação do Valor Ofertado para Outorga da Concessão (PVO).

3.1. Este quesito tem como valor máximo o total de 100 (cem) pontos, considerando-se o valor ofertado para outorga da concessão objeto deste edital, conforme declarado pela proponente no formulário MODELO 11 do Anexo IX, respeitado o limite mínimo estabelecido no item 5.b. do Edital, e conforme tabela abaixo:

Valor Oferta Outorga da Concessão	Pontuação
R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	50 pontos
Acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até o limite de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais)	50 pontos + 1 ponto para cada R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que exceder o valor mínimo de cinco milhões de reais



ANEXO XI

INVENTÁRIO DOS BENS REVERSÍVEIS DA ATUAL OPERAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, CONCEDIDO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Para efeitos do disposto no art. 42 da Lei 8.987/95, introduzido pela Lei 11.445/07, considera-se bens reversíveis passíveis de indenização apenas a frota de ônibus atualmente utilizada na operação do transporte coletivo no município, objeto deste procedimento licitatório.

Segue em anexo, as frotas utilizadas pelas atuais Concessionárias (Viação Noiva do Mar Ltda. e Sociedade União dos Cotistas Ltda.) na operação do sistema de transporte coletivo no município do Rio Grande, as quais formam o total de bens reversíveis a serem adquiridos pela vencedora do certame licitatório.

A indenização as atuais empresas operadoras, mencionada no item 4.4. d deste Edital, se dará com base nos percentuais de depreciação e remuneração previstos na planilha modelo GEIPOT, que integra o presente edital, no anexo VII.

Somente será autorizado o início da operação do sistema, após a comprovação da aquisição pela Licitante vencedora, dos bens reversíveis as atuais operadoras.